Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quarta-feira, 24 de julho de 2024

EDIÇÃO 25.128

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Medidas da Aneel para estimular geração distribuída são deficientes

% ECONOMIA Agência muda a legislação para facilitar o acesso de pequenos sistemas de GD ao mercado de energia solar

A dispensa de estudos de inversão de fluxo vai favorecer residências e pequenos negócios FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK / LOLA FDEZ. NOGALES

A aprovação pela Aneel de mudanças na legislação para facilitar o acesso de pequenos sistemas de geração distribuída (GD) ao mercado de energia solar é considerada insuficiente pela Absolar para estimular o setor. A agência reguladora autorizou operações da modalidade de *fast track*, que dispensa estudos de inversão de fluxo a pedido do consumidor, caso a conexão de microgeração distribuída seja utilizada apenas para compensação na própria unidade consumidora, com potência instalada igual ou inferior a 7,5 quilowatts (kW).

Hoje, pequenos sistemas de GD, de até 5 megawatts (MW), somam 30 gigawatts (GW) de capacidade instalada, enquanto grandes usinas solares que participam do Sistema de Interligado Nacional (SIN) alcançam 14 GW. A alteração beneficia residências e pequenos negócios.

As novas regras foram anunciadas em meio a um conflito em Minas Gerais, onde empresas do setor acusam a Cemig de criar reserva de mercado ao impedir conexões com notificações de inversão de fluxo, enquanto gera autorizações para sua subsidiária de geração distribuída, a Cemig SIM. A estatal diz que vai adequar seu fluxo às novas normas da Aneel, enquanto a Cemig SIM nega a prática de concorrência desleal. **% PÁG. 5**

Minas tem o segundo maior número de padarias do Brasil

De janeiro a maio deste ano, foram abertas mais de 2 mil padarias e confeitarias em Minas Gerais, que já é o segundo estado do País com maior número de estabelecimentos ativos do segmento (cerca de 34 mil), atrás apenas de São Paulo, conforme levantamento do Sebrae Minas. Apesar das dificuldades operacionais causadas pela escalada da cotação do dólar frente ao real e pelo custo da mão de obra, o setor espera um crescimento entre 6% e 8% em 2024 no Estado. **% PÁG. 3**

O setor de padarias e confeitarias prevê crescimento de 6% a 8% neste ano no Estado FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

% EDITORIAL

Enterrada a ilusão de que seria possível reequilibrar as contas públicas exclusivamente com aumento de receitas, trabalha-se agora, e finalmente, com a construção de caminhos que levem ao corte de gastos. Muito possivelmente não terá sido por acaso que tenham circulado em Brasília nos últimos dias informações relativas a um possível desagrado do presidente Lula com relação a périplos de ministros de Estado pelo exterior. Desde a posse, em janeiro do ano passado, ministros de Estado carimbaram seus passaportes pelo menos 207 vezes. Considerando que tais viagens não costumam ser solitárias, envolvendo também pagamento de diárias e muitas outras despesas, pode-se imaginar o tamanho da conta. **% PÁG. 2**

Parque da Gameleira recebe Nacional do Mangalarga Marchador

Os cavalos da raça Mangalarga Marchador se destacam na equinocultura no Brasil FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MICHELLE VALVERDE

A 41ª edição da Nacional do Mangalarga Marchador reunirá, até o dia 3 agosto, 1.546 animais no Parque da Gameleira. A raça segue em plena expansão, sendo responsável por uma movimentação estimada em R$ 9 bilhões em 2023. Os cavalos se destacam na equinocultura. A presidente da ABCCMM, Cristiana Gutierrez, afirma que pesquisas mostram que a cadeia produtiva da equinocultura no Brasil passou de um giro de R$ 16 bilhões em 2016 para R$ 30 bilhões em 2023. **% PÁG. 8**

% ARTIGOS

Transporte de cargas crescerá menos no Estado neste ano

O crescimento do setor de transportes de cargas em Minas Gerais deverá ficar entre 5% e 10% neste ano contra 15% em 2023. O desempenho inferior é atribuído ao aumento dos custos em até 45% em função do diesel caro, a precariedade das rodovias e os impactos da reforma tributária, o que tem levado pequenas e médias empresas a desistir da atividade. O presidente do Setcemg, Antônio Luís da Silva Júnior, avalia que a remuneração no primeiro semestre de 2024 foi decepcionante. **% PÁG. 6**

O aumento nos custos do transporte de cargas reflete na queda da remuneração do setor no Estado no 1º semestre FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

DÓLAR DIA 23

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,5850	R$ 5,5860
TURISMO	R$ 5,6210	R$ 5,8010
PTAX (BC)	R$ 5,5801	R$ 5,5807

EURO DIA 23

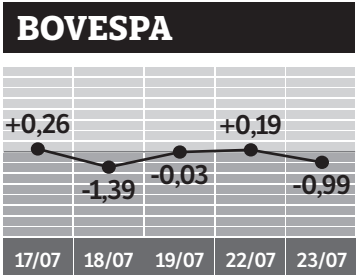
	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 6,0555	R$ 6,0584

OURO DIA 23

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.409,28
BM&F (g) R$ 431,22

TR dia 24	0,0915%
POUPANÇA dia 24	0,5920%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

17/07	18/07	19/07	22/07	23/07
+0,26	-1,39	-0,03	+0,19	-0,99

OPINIÃO

A reforma tributária e as *holdings* patrimoniais

David Andrade Silva
Sócio Fundador da Andrade Silva Advogados

Convivemos com uma carga tributária escorchante. Em comparação com os 30 países que possuem as maiores cargas tributárias do mundo, o Brasil é o país com pior retorno de bem-estar à população – relação da carga tributária com o PIB e o IDH. Mas a tendência é de piora, principalmente agora, com esse monstrengo chamado de reforma tributária.

A Emenda Constitucional 132, que nos trouxe a pior reforma tributária que se poderia conceber, constitucionalizou a progressividade do ITCMD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações, em razão do valor da transmissão ou da doação. Este foi o único ponto da tal reforma que tratou especificamente do ITCMD, requentando um tema que já havia sido decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao lado, entretanto, dessa sutil e desimportante alteração, existem várias propostas em paralelo que buscam aumentar a alíquota-teto do ITCMD, até para 20%, e ampliar substancialmente as suas hipóteses de incidência, como é o caso do PLP Projeto de Lei Complementar (PLC) 108/2024, que, dentre outras várias medidas: **(a)** consolida a incidência do ITCMD sobre os planos de previdência privada; **(b)** tributa os casos de transmissão não onerosa de ações, quotas ou participações societárias, de pessoa jurídica cujo patrimônio seja em sua maioria formado por imóveis; e **(c)** submete à incidência do ITCMD, pasmem,atos societários como a distribuição desproporcional de dividendos e a cisão desproporcional.

Não bastasse esse cenário de guerra, recentemente o STF, mais precisamente por sua 2ª Turma, decidiu, de maneira absolutamente equivocada, pela incidência do imposto de renda sobre a diferença entre o valor de mercado dos bens herdados e o valor que constava na declaração de bens, mesmo em conjunto com a cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), como se ganho de capital fosse.

E tem mais! No âmbito da reforma tributária através do PLP 68/2024, agora em discussão no Senado, as operações imobiliárias serão tributadas pelo IVA dual (CBS federal e IBS subnacional) quando **(a)** da alienação de bem imóvel, inclusive decorrente de incorporação imobiliária e de parcelamento de solo; **(b)** da cessão e ato translativo ou constitutivo onerosos de direitos reais sobre bens imóveis; **(c)** da locação, cessão onerosa e arrendamento de bem imóvel; **(d)** da prestação de serviços de administração e intermediação de bem imóvel; e **(e)**da prestação de serviços de construção.

Aprovado o PLP, teremos, ao lado da tributação das receitas das *holdings* patrimoniais, a incidência do IBS e do CBS. Se confirmada a tal alíquota referência do malsinado IVA em 26,5% para além da incidência de 6,37% sobre suas receitas, no regime do lucro presumido, as *holdings* patrimoniais terão que conviver com a tributação pelo IBS e CBS em alíquotas de 10% ou 16%, aproximadamente.

E a derrama não para aí. No âmbito da reforma da renda, invocada pela EC 132, certamente a tributação dos dividendos e lucros vai voltar à mesa. E aí, mais tributos.

Enquanto isso, essa hidra de sete cabeças, alcunhada de reforma tributária, que ameaça dilacerar todos nós, é aplaudida pelos incautos de plantão e por aqueles que, aprisionados na academia, desconhecem a prática e realidade de nosso manicômio tributário.

Eleições dos Estados Unidos

Yvon Gaillard
Economista e CEO da Dootax

O atual cenário político dos Estados Unidos apresenta uma volatilidade considerável devido à possível substituição de Joe Biden por Kamala Harris como candidata presidencial do Partido Democrata. A falta de confirmação definitiva dessa mudança contribui para a incerteza nos mercados, o que acaba favorecendo, em certa medida, o candidato republicano Donald Trump. A liderança democrata enfrenta um impasse, e, enquanto não houver clareza sobre a candidatura de Harris, a volatilidade deve persistir.

Kamala Harris, como ex-vice-presidente, já sinalizou em diversos discursos uma abordagem econômica mais expansionista. Duas de suas principais propostas são o aumento do salário mínimo e maiores investimentos em infraestrutura. Ambas as medidas implicam em um aumento significativo dos gastos públicos, configurando uma política fiscal expansionista. Essa expansão fiscal tem o potencial de pressionar a inflação, uma vez que o aumento nos gastos públicos eleva a demanda agregada.

> ***"Kamala Harris, como ex-vice-presidente, já sinalizou em diversos discursos uma abordagem econômica mais expansionista. Duas de suas principais propostas são o aumento do salário mínimo e maiores investimentos em infraestrutura"***

A política monetária, sob a alçada do Federal Reserve (Fed), teria que responder a essas pressões inflacionárias. Em um cenário de inflação crescente, o Fed pode ser obrigado a aumentar as taxas de juros para controlar a inflação. Essa situação cria um ambiente desafiador onde a política monetária e a política fiscal podem estar em desacordo, com o governo federal aumentando os gastos enquanto o Fed busca conter a inflação.

No curto prazo, essa incerteza e volatilidade podem gerar cautela entre os investidores, que preferem esperar por mais clareza antes de fazer movimentos significativos. A perspectiva de uma política fiscal expansionista de Harris pode levantar preocupações sobre a inflação e, consequentemente, sobre aumentos nas taxas de juros, resultando em maior volatilidade nos mercados de ações e de títulos.

No entanto, é importante lembrar que a economia americana é robusta e resiliente. A médio e longo prazos, espera-se uma estabilização. Investimentos em infraestrutura podem impulsionar o crescimento econômico e aumentar a produtividade no longo prazo. A elevação do salário mínimo também pode estimular o consumo, impulsionando a economia.

Mesmo diante de uma política fiscal expansionista, o Fed dispõe de ferramentas para ajustar a política monetária conforme necessário para manter a estabilidade econômica. Portanto, embora o cenário atual possa ser volátil a curto prazo, o mercado tende a se estabilizar a longo prazo, à medida que novas políticas são implementadas e os agentes econômicos se adaptam às novas condições.

EDITORIAL

Força do exemplo

Enterrada a ilusão de que seria possível reequilibrar as contas públicas exclusivamente com aumento de receitas, feito que deveria bastar para zerar o déficit já no corrente exercício, trabalha-se agora, e finalmente, com a construção de caminhos que levem ao corte de gastos. Tarefa árdua, convém reconhecer desde logo, diante de hábitos e costumes prevalentes no serviço público em nosso País. Não por acaso adiada enquanto foi possível vender a ilusão do déficit zero alcançado à base de irrealístico aumento de receitas e ainda agora objeto de divergências na alta cúpula da administração federal, que parece saber o que é preciso fazer, mas desconhece o como fazer. Restaria lembrar a quem decide que tanto quanto reduzir gastos é preciso gastar melhor, desperdiçar o mínimo.

Muito possivelmente não terá sido por acaso, nas circunstâncias, que tenham circulado em Brasília nos últimos dias informações relativas a um possível desagrado do presidente Lula com relação a périplos de ministros de Estado pelo exterior. Feitas as contas com ajuda de auxiliares mais próximos no Palácio do Planalto, verificou-se que desde a posse, em janeiro do ano passado, ministros de Estado carimbaram seus passaportes, possivelmente aqueles vermelhos, pelo menos 207 vezes. Considerando que tais viagens não costumam ser solitárias, envolvendo também pagamento de diárias e muitas outras despesas, pode-se imaginar o tamanho da conta.

Um caso exemplar, bastante ilustrativo, mas que também está longe de ser único. Afinal, dinheiro que passa pelo governo parece não ter dono, muito menos quem se disponha a tomar conta dele com o zelo que nunca poderia faltar. Ou pelo menos, e continuando no caso que teria se transformado em fonte de preocupação para o presidente da República, indagar de cada viajante motivos e objetivos das escapadas. Regra que deveria valer para tudo e todos, mesmo para viagens que não requerem passaporte, mas podem ser facilitadas pelo uso de jatinhos que deveriam ser exceção, nunca a regra para as excelências de Brasília.

Isto e muito mais com absoluta certeza, para cortar despesas que não têm justificativa, para impor aos agentes públicos que ocupam posições mais altas menos vaidade e mais responsabilidade, senso de dever. Começar pelo caminho do exemplo e da disciplina certamente não bastará para produzir os efeitos desejados e tão necessários. Mas traduz, por certo, mudança de comportamento e de atitude numa saudável transformação que partindo do topo produziria efeitos igualmente positivos também nos escalões inferiores, tendo como resultado final aquela higienização que em outras condições não tem como ser alcançada.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À

SINDIJORI
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

ECONOMIA

Setor de panificação estima crescer até 8%

PADARIAS **Mesmo com desafios, como a alta nos custos operacionais, Amipão está otimista com os resultados deste ano**

MARCO AURÉLIO NEVES

Em Minas Gerais, foram abertas mais de 2 mil padarias e confeitarias de janeiro a maio deste ano. Com cerca de 34 mil negócios do tipo, é o segundo estado no País com maior número de estabelecimentos ativos do segmento, atrás apenas de São Paulo, segundo dados do Sebrae Minas. Mesmo frente a dificuldades com alta do dólar e da mão de obra, a expectativa de crescimento do setor no Estado é de 6% a 8% em 2024.

Ao todo, foram 2.615 negócios do setor abertos no Estado nos primeiros cinco meses do ano. O presidente do Sindicato e Associação Mineira da Indústria de Panificação (Amipão), Vinícius Dantas, o segmento está em franco crescimento, muito por conta da diversidade no leque de serviços e produtos dos estabelecimentos. "A padaria oferece vários serviços e isso é muito importante para o setor. Ele está dinamizando e vai mudando um pouco a sua especialidade", disse.

Mas mesmo em um momento positivo, o setor enfrenta alta dos custos pela elevação do dólar, que afeta o preço do trigo, e na energia elétrica. Outro grande desafio está também na mão de obra, com um aumento muito alto na folha de pagamento para retenção de empregados, que são disputados para outras atividades, como aplicativos de transporte e *delivery*.

"Os aplicativos estão acabando não só com o setor, mas com toda a mão de obra no País. Existe uma CLT falida, no qual ela rege para o CNPJ algumas regras que não rege para os aplicativos", disse.

Por conta da alta dos custos, algumas padarias e confeitarias não conseguem repassar os custos aos clientes, já que para isso, depende de o negócio estar localizado em uma região de maior poder aquisitivo. "Dependendo de região onde você está, não consegue. O estabelecimento termina fadado ao fechamento", diz Dantas.

"A padaria oferece vários serviços e isso é muito importante para o setor. Ele está dinamizando e vai mudando um pouco a sua especialidade"

Vinícius Dantas

Energia - No desafio de diminuir custos com energia, Vinicius Dantas aponta que as maiores empresas do setor buscam migração para o mercado livre de energia, por serem de média e alta tensão e terem capacidade de investimento. Mas, segundo dados da Receita Federal, 99% das padarias e confeitarias formalizadas em Minas Gerais são pequenos negócios.

Esses pequenos empreendimentos geram mais de 52 mil empregos em todo o Estado. Belo Horizonte, 4,7 mil negócios, é a cidade que concentra o maior número de empresas do setor em Minas. Em seguida aparecem Uberlândia (1.346), Juiz de Fora (1.284) Contagem (1.234).

A Padaria Cataguases, há 31 anos no bairro Santo Antônio, na Capital, tem 16 lojas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O encarregado do setor de panificação da empresa, Roney Sérgio de Oliveira, ressaltou a dificuldade com a mão de obra supracitada, mas enfatizou o bom momento da empresa. "A gente vem num crescimento expressivo mês a mês, de 11%. E nossa expectativa de fechar o ano assim", comentou.

Padarias estão recorrendo ao mercado livre de energia para reduzir custos FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

COMÉRCIO

Varejistas antecipam cobrança de taxa sobre compras de até US$ 50

Brasília - Alegando uma defasagem entre o momento da venda e do registro de declarações alfandegárias, alguns *sites* de compras no exterior começarão a cobrar no sábado (27) o Imposto de Importação de 20% sobre as compras de até US$ 50 no exterior. Oficialmente, a cobrança começa em 1º de agosto.

A AliExpress e a Shopee confirmaram a intenção de cobrar a taxa a partir de sábado. A Shein só iniciará a cobrança à meia-noite de 1º de agosto. A Amazon ainda não informou a data em que começará a tarifação.

"Tendo em vista o prazo necessário para o ajuste das declarações de importação, de acordo com a nova regulamentação, todos os pedidos de compras efetuados na plataforma do AliExpress a partir do dia 27 de julho irão contemplar as novas regras tributárias", informou a empresa em nota.

"A taxa [de 20%] será aplicada a partir do dia 27, visto que os pedidos terão a DIR [Declaração de Importação de Remessas] emitidas a partir do dia 1º de agosto. Manteremos a transparência em nossas comunicações com os nossos consumidores, os valores serão calculados e detalhados na finalização da compra", explicou a Shopee. A companhia informou que nove em cada dez compras na plataforma são de produtos vendidos por varejistas brasileiros e que a taxação só afetará os 10% de consumidores que compram do exterior.

A Shein informou que seguirá rigorosamente a legislação e só começará a cobrar em 1º de agosto, mesmo com um intervalo entre a venda e a declaração à Receita Federal. "A situação prática é de que compras feitas até dois ou três dias antes dessa data poderão ser tributadas com o novo imposto de importação já que existe um intervalo entre o momento da compra e a declaração à Aduana", informou a companhia.

Pelas regras aduaneiras, o Imposto de Importação de 20% incidirá sobre o valor do produto, incluídas cobranças de frete ou de seguro. Os 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados desde julho do ano passado nas compras eletrônicas, vão ser cobrados após somar o valor da compra e o Imposto de Importação.

Histórico - Desde agosto do ano passado, as compras de até US$ 50 em *sites* internacionais eram isentas de Imposto de Importação, desde que os sites estivessem inscritos no Programa Remessa Conforme, que garante liberação acelerada da mercadoria. As transações, no entanto, pagavam 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados, com as guias sendo cobradas pelos sites ainda no exterior.

No fim de maio, a Câmara dos Deputados aprovou a taxação federal de 20% como uma emenda à lei que criou o Programa Mover, de incentivo à indústria automotiva. O Senado aprovou o texto no início de junho.

No último dia 22, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse que o Fisco ainda aguarda o início da cobrança para estimar quanto o governo deve arrecadar com a taxação das compras no exterior. A projeção, informou Barreirinhas, será incluída na edição de setembro do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, documento divulgado a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento. **(ABr)**

EDUCAÇÃO E NEGÓCIOS

Geneviève Poulingue

Economista, presidente da Câmara de Comércio Internacional França-Brasil/ Minas Gerais e reitora da Faculdade SKEMA Business School

Networking estratégico na formação de lideranças

Em um mundo cada vez mais conectado, o *networking* impulsiona carreiras, especialmente no mundo dos negócios. A SKEMA Business School, faculdade internacional, prima pela prática do relacionamento em sua metodologia na formação e na educação corporativa.

Dentro de sua grade curricular, há ainda oportunidades de desenvolvimento de projeto em parceria com empresas e suas lideranças de diversos setores nas cidades onde há campus.

Como educadora, percebo que avançar com confiança em sua carreira, desenvolver constantemente novas habilidades e ser capaz de construir uma rede estratégica são movimentos-chave para o sucesso tanto dos profissionais quanto das organizações em que trabalham.

Sempre alerto nossos alunos que *networking* não se resume a compartilhar postagens nas redes sociais da *web* ou ter alguns conhecidos. Trata-se de um movimento organizado da construção de uma rede de contatos em que a reputação do profissional passeia em sua jornada estudantil e profissional.

Ter mestres para colaborar com a elaboração dessa matriz de relacionamento e dos fundamentos para seu sucesso é enriquecedor. Também ajuda ser ativo, participando e engajando em causas que fazem sentido para o negócio e para a comunidade local. Isso significa reservar tempo para dedicar-se aos assuntos e aos contatos estratégicos, já que a superficialidade não rende bons frutos.

A pressão do tempo é, muitas vezes, um fator que pode fazer com que a base do *networking* sólido seja negligenciada. Aprender a selecionar contatos e a diversificá-los faz de uma simples lista de telefones uma rica possibilidade de soluções. Isso precisa ser aprendido. Promover projetos e *workshops* para que a comunidade estudantil pratique essas lições é função das instituições de ensino comprometidas.

Percebo que as trocas intergeracionais entre estudantes e profissionais de alto nível e o mercado são uma construção de saber que traz ganhos para o mercado. Aconselho ter à mão um plano de ação com base em suas prioridades, criar seu percurso pessoal, às vezes com uma simples planilha, incluindo nome, cargo, empresa, *e-mail*, telefone, LinkedIn, local de reunião e anotações.

Uma rede sólida de contatos profissionais desempenha um papel crucial no desenvolvimento de carreiras em diversas áreas porque mantém abertas oportunidades,desde ofertas de emprego até parcerias estratégicas. Portanto, consegue avançar mais e melhor quem consolida bons e verdadeiros relacionamentos em qualquer etapa da carreira. E quanto antes começar, melhor.

Instalação da Läut em Bom Despacho pode não ocorrer

IMBRÓGLIO Aparecida Paré (PRD) alega que houve ilegalidade e inconstitucionalidade na doação do terreno e na desapropriação da área de 15 hectares para a construção da fábrica e fazenda cervejeira da empresa

THYAGO HENRIQUE

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) vai julgar, no dia 29 deste mês, uma denúncia feita pela vereadora de Bom Despacho Aparecida Paré (PRD) sobre a cessão de um terreno do patrimônio público municipal à cervejaria Läut. A parlamentar alega que houve ilegalidade e inconstitucionalidade na doação e na desapropriação da área de 15 hectares, onde poderá ser construída uma fábrica da empresa e uma fazenda cervejeira, com aporte de R$ 13 milhões.

O imóvel foi desapropriado pela prefeitura local em novembro de 2023, com indenização de R$ 3 milhões à proprietária Agropecuária Empreendimentos Cristais, após ter declarado a área particular como de utilidade pública em outubro. Em dezembro, a Câmara Municipal de Bom Despacho aprovou um projeto de lei proposto pelo Executivo que autorizava a doação do terreno.

Investimento na fábrica da Läut e de uma fazenda cervejeira da marca em Bom Despacho, na região Centro-Oeste de Minas Gerais, deve ser de R$ 13 milhões FOTO: REPRODUÇÃO / SITE CERVEJARIA LAÜT

Também no último mês do último ano, a vereadora Aparecida Paré - única a votar contra a aprovação do PL - entrou com representação no MP, relatando as possíveis irregularidades. A promotoria, porém, optou por arquivar o procedimento, dizendo que a cessão estava conforme a legislação e que não houve crime ou ato de improbidade administrativa. Contudo, a parlamentar apresentou recurso administrativo em fevereiro deste ano ao Conselho Superior do órgão.

Nos documentos, os argumentos são de que a gestão pública não pode doar bens imóveis públicos desafetados para fomentar atividades particulares de interesse coletivo, especialmente quando precedida de desapropriação por utilidade pública ou interesse social. Eles ressaltam ainda a ausência de avaliação prévia do imóvel, a insuficiência da documentação fornecida pelo poder público e pela empresa e a falta de um compromisso vinculativo quanto à geração de empregos.

MP poderá investigar a doação da área - Ao Diário do Comércio, Aparecida Paré diz que a expectativa para o julgamento da próxima segunda-feira é de que o Ministério Público, como fiscal da lei, cumpra com o seu dever e, caso verifique que existe irregularidade, não deixe que a doação aconteça. Ela explica que se o órgão decidir por prosseguir com o processo, vai abrir uma ação civil pública para investigar a cessão.

Segundo a parlamentar, que também é advogada, todos os pontos denunciados foram analisados por advogados e pela Procuradoria da Câmara Municipal de Bom Despacho. Ela ressalta que é sua obrigação como vereadora denunciar o que há de errado, e que os vereadores que votaram a favor do projeto de lei que autorizava a doação do terreno foram contra a Constituição Federal.

"A administração pública só pode fazer o que está na lei. O fato dela ter comprado um terreno e doá-lo não é permitido pela lei", pondera Aparecida Paré, enfatizando que o município tem mais de 2 mil imóveis, incluindo fazendas bem localizadas, e poderia ter sugerido outro local para a implantação da Läut. Ela também aponta que a Câmara Municipal de Juatuba chegou a aprovar um PL (em 2022) para doação de uma área para a instalação da empresa e o projeto não avançou.

"Sou a favor da geração de emprego com regras claras, processos corretos e oportunidades, e não para beneficiar pessoas. Temos muitas condições de fazer aqui em Bom Despacho sem que seja dessa maneira. Esse lugar específico e várias coisas estão irregulares", reitera a vereadora.

A reportagem entrou em contato com a Prefeitura de Bom Despacho, cervejaria Läut e o Ministério Público de Minas Gerais, no entanto, não obteve retorno das partes até o fechamento desta edição. A Prefeitura de Juatuba também foi contatada para esclarecer o motivo da negociação com a empresa não ter avançado, mas não respondeu até a publicação da matéria.

"A administração pública só pode fazer o que está na lei. O fato dela ter comprado um terreno e doá-lo não é permitido pela lei"

Aparecida Paré

HIDROGÊNIO VERDE

Brasil precisa ir além da produção e exportação

Rio - Após a aprovação, há duas semanas, do marco legal do hidrogênio de baixo carbono, conhecido como hidrogênio verde, o governo defende medidas para tentar atrair investimentos na cadeia produtiva e em indústrias consumidoras do insumo, como siderúrgicas e fábricas de fertilizantes.

"O Brasil não pode aceitar ser apenas produtor e exportador do hidrogênio", disse ontem (22), em evento no Rio de Janeiro, o secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), Uallace Moreira.

O projeto de lei que concede incentivos para a produção de hidrogênio verde foi aprovado há duas semanas pelo Congresso e encaminhado para sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O texto garante créditos fiscais de até R$ 18 bilhões entre 2028 e 2032 para o desenvolvimento do setor.

Moreira disse que o projeto garante previsibilidade para investimentos no Brasil, mas outros programas do governo, como o projeto de lei dos combustíveis do futuro, são fundamentais para o desenvolvimento dessa indústria.

"Caso contrário, caímos no que o presidente Lula chama de neocolonização", afirmou o secretário do Mdic. O potencial para a produção de hidrogênio põe o Brasil na mira de países em busca de alternativas para a descarbonização da economia, principalmente os europeus.

Estudo elaborado pelo GIZ (sigla para Acordo de Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável) identifica um potencial teórico de produção equivalente a 2.232 vezes o volume de energia gerada pela usina de Itaipu, a segunda maior hidrelétrica do mundo.

O instituto ressalta que a conta é teórica, por considerar o uso de todo o território ainda não destinado a usos urbanos e agrícolas ou sob proteção ambiental. Mas indica que o Brasil desponta como possível liderança nessa indústria.

"Quando falamos desses potenciais, numa visão global, existem poucos países com potencial tão grande como o Brasil", diz o diretor de Energia e Transformação Urbana do acordo Brasil-Alemanha, Marcus Francke. "Talvez a Índia possa ter potencial parecido."

As projeções da GIZ para o consumo nacional de hidrogênio em 2050 equivalem a 0,15% desse potencial teórico de produção, com grande demanda pelos setores siderúrgico e de aviação, que enfrentam maior dificuldade para descarbonizar as operações.

Assim, o estudo vê espaço não só para atendimento da demanda interna, mas também para a produção para exportação, uma vez que o transporte do hidrogênio em longas distâncias ainda não é viável. "Vai depender de decisão política", afirma Francke. **(Nicola Pamplona/Folhapress)**

Uallace Moreira: projeto garante previsibilidade para investimentos no Brasil FOTO: REPRODUÇÃO / FIRJAN

Custo da fabricação será competitivo

Rio - O Acordo de Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) projeta que o Brasil terá capacidade de produzir hidrogênio verde a menos US$ 1,90 por quilo em 2050, valor considerado competitivo pelo diretor de Energia e Transformação Urbana do acordo Brasil-Alemanha, Marcus Francke, resultado de um baixo custo da energia elétrica, que representa 70% do preço final.

O secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), Uallace Moreira, diz que o governo trabalha em iniciativas para atrair essa cadeia produtiva, com a regulamentação do marco do hidrogênio verde e iniciativas da nova política industrial lançada este ano. "A ideia é pensar quais instrumentos podem estimular essa cadeia produtiva. É ouvir o setor, dialogar com o setor."

No setor privado, a Vale já tenta atrair investidores estrangeiros para processar minério de ferro com hidrogênio no País, em projetos que batizou de *megahubs*. Esses projetos preveem a produção de matéria-prima para fornos siderúrgicos elétricos, reduzindo as emissões do setor.

A mineradora já assinou uma série de memorandos de entendimentos com empresas estrangeiras para estudar os empreendimentos. Atualmente, os mais avançados são localizados no Oriente Médio, mas a ideia é buscar parceiros para projetos no Brasil.

"O Brasil é uma grande oportunidade, porque tem competitividade no custo da energia", disse a diretora de Energia e Descarbonização da Vale, Ludmilla Nascimento. "Temos alguns clientes europeus já bem estabelecidos no Brasil e siderúrgicas nacionais, então, existe a possibilidade [de fazer no Brasil]."

Principal consumidora de hidrogênio do país, mas com base em gás natural, a Petrobras ainda estuda o novo marco regulatório para avaliar a migração para o hidrogênio como matéria-prima, afirmou o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da estatal, Maurício Tolmasquim.

"Estamos fazendo contas com esses novos incentivos [do PL]", afirmou. "Não dá para dizer agora como será o modelo, mas foi um passo muito positivo do governo e do Congresso para dar incentivo para essa indústria." **(Nicola Pamplona/Folhapress)**

Conexão de usinas solares resulta em disputa no Estado

SETOR ELÉTRICO Absolar acusa a Cemig de dificultar acesso de pequenas geradoras à rede e considera insuficiente a intervenção da Aneel para resolver o problema

MARCO AURÉLIO NEVES

O setor de geração distribuída (GD) em Minas Gerais considerou insuficiente a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que aprovou alterações na legislação para facilitar o acesso de pequenos sistemas de GD e dispensa de estudos de inversão de fluxo.

A decisão foi tomada em meio a um conflito que ocorre, principalmente, no Estado, onde empresas do setor acusam a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) de criar reserva de mercado ao impedir novas conexões com notificações de inversão de fluxo, enquanto gera autorizações para sua subsidiária de geração distribuída, a Cemig SIM.

A Cemig declarou que vai adequar seu fluxo às novas regras, enquanto a Cemig SIM rebateu as acusações de concorrência desleal.

Um dos destaques da decisão da diretoria da Aneel é a aprovação da modalidade de *fast track*, que dispensa estudos de inversão de fluxo a pedido do consumidor, caso a conexão de microgeração distribuída seja utilizada apenas para compensação na própria unidade consumidora, com potência instalada igual ou inferior a 7,5 quilowatts (kW).

Hoje, pequenos sistemas de GD, de até 5 megawatts (MW), somam 30 gigawatts (GW) de capacidade instalada, enquanto grandes usinas solares que participam do Sistema de Interligado Nacional (SIN) alcançam 14 GW.

A alteração beneficia residências e pequenos negócios. "Por essa ótica, foi um ganho, porque, principalmente em Minas Gerais, sistemas até menores de 2 kW, de 3kW, estavam sendo negados com a alegação de inversão de fluxo", afirma o coordenador estadual da

Entre as medidas da Aneel, está a dispensa de estudos de inversão de fluxo nas pequenas usinas FOTO: MARCOS SANTOS / USP IMAGENS

Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Bruno Catta Preta.

Ainda assim, o setor considera a decisão negativa e que não resolve o conflito com as distribuidoras. "Essa liberação do 7,5 kW é um 'folegozinho' para o setor. São pequenas empresas, geralmente microempresários, que fazem sistemas ali no seu bairro, nas suas cidades, mas está limitando muito a energia solar", pontua Catta Preta.

Ele declara que, sem o apoio esperado da Aneel, a Absolar aumentará a carga no Congresso Nacional, em busca de leis que tragam uma solução definitiva para destravar a geração de energia solar no Estado. Levantamento da entidade mostra que solicitações paralisadas para conexão de sistemas de GD em Minas Gerais somam cerca de R$ 10 bilhões em investimentos.

> **"Essa liberação do 7,5 quilowatts é um 'folegozinho' para o setor (geração distribuída). São pequenas empresas, geralmente microempresários"**
> Bruno Catta Preta

Alternativas - Além da regra do *fast track*, a Aneel aprovou outras duas possibilidades para dispensa de estudos de inversão de fluxo. Uma para microgeração e minigeração distribuída que não injete na rede de distribuição de energia elétrica, o chamado "*grid zero*".

A outra possibilidade é para microgeração distribuída que se enquadre nos critérios de gratuidade da Resolução Normativa nº 1000/2021, cuja potência de GD seja compatível com o consumo da unidade consumidora durante o período de geração.

Entidade diz que empresas fecharam

A Absolar culpa a postura da Cemig no mercado pelo fechamento de empresas e demissão em massa do setor de GD. A questão já se tornou um processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre práticas anticoncorrenciais, mas foi arquivado.

"De um tempo para cá, a Cemig, está dificultando. Criou a Cemig SIM, uma empresa complicada, que está fazendo uma reserva de mercado", disse. "Ela (Cemig) nega o parecer de acesso para quem quer trabalhar no mercado solar e para a Cemig SIM é sempre aprovado", completa o dirigente da Absolar, Bruno Catta Preta.

Em nota, a Cemig Distribuição declarou que adequará seu fluxo às novas regras da Aneel assim que forem publicadas e que as mudanças são positivas, "já que privilegiam o consumo da energia produzida na própria unidade consumidora onde ela é gerada, buscando minimizar a ocorrência de inversão de fluxo nesses casos".

Já a Cemig SIM afirmou, também em nota, que está comprometida com a conformidade regulatória do setor elétrico e segue padrões e procedimentos necessários para integração de usinas solares à rede da Cemig. A empresa enfatizou que opera em igualdade de condições com a concorrência, "garantindo a ausência de favorecimento ou práticas de concorrência desleal". **(MAN)**

Preços no mercado livre estão abaixo dos patamares de 2023

RODRIGO MOINHOS

Apesar da entrada de mais consumidores no mercado livre de energia, os preços, na média da região Sudeste, em junho, ainda estão 3,8% abaixo dos registrados no mesmo período do ano anterior. Entre os motivos apresentados por especialistas consultados pelo Diário do Comércio estão a especulação e fornecedores que não quiseram comercializar, uma vez que ainda existe desequilíbrio entre oferta e demanda.

Os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) apontaram que os preços na região Sudeste, encerraram em junho, em R$ 66,41 por MWh, valor 3,8% na comparação com o mesmo intervalo de 2023, quando o MWh fechou no valor de R$ 69,04.

"Acredito que tenha sido um momento de acomodação e avaliação de tendências, com o volume de negócios abaixo do esperado, uma vez que, em função dos preços baixos, muitos não quiseram vender, repetindo o que ocorreu ano passado", afirmou o sócio-diretor Enecel Energia, Raimundo de Paula Batista Neto, analisando o comportamento dos preços no primeiro semestre.

Entretanto, há cerca de dois meses o mercado voltou apresentar alguma movimentação com a adesão de novos consumidores ao mercado livre de energia, o que ainda assim não chegou a impactar para cima nos preços.

Walter Fróes: "Nesta semana, por exemplo, os preços caíram, mas não houve nenhuma razão prática" FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

De acordo com Raimundo, em outros momentos, o preço já chegou a ultrapassar os R$ 500 por MWh e hoje gira em torno de R$ 61. "Em alguns casos os empresários estão direcionando os investimentos em geração para varejistas e geração distribuída (GD), onde o valor de comercialização do MWh pode chegar a até US$ 80 (cerca de R$ 447). O cenário poderá continuar ao longo de 2024 e esperamos em 2025 preços não tão bons, pois temos um desequilíbrio na oferta de energia em certos horários, como por exemplo, quando entra energia solar no sistema", destacou.

Para o diretor da CMU Comercializadora de Energia, Walter Luiz de Oliveira Fróes, é normal conviver com baixas no preço da energia e ele acredita que, muito por expectativa dos agentes do mercado, que especulam se o mercado vai subir ou se vai cair.

"Nesta semana, por exemplo, os preços caíram, mas não houve nenhuma razão prática. Por exemplo, a Eletrobras, se quiser jogar o mercado no chão amanhã, ela joga com o volume de energia que tem. É muito mais um movimento especulativo que de consumo. Na Europa, que é um mercado mais desenvolvido, o mesmo quilowatt, ele é negociado sete vezes, até chegar no consumo. Aqui no Brasil, talvez, se aproxime a três negociações. São transações entre contrapartes como comercializadores e isso forma preço", explicou.

Segundo Fróes, nesse primeiro semestre, a portaria do Ministério de Minas e Energia (MME), que eliminou requisito de demanda mínima contratada em média e alta tensão para fazer parte do mercado livre, ainda pode vir a incrementar o mercado. "Até então só podia participar quem estivesse conectado em média e alta tensão e com demanda contratada acima de 500 quilowatts, requisito que foi suprimido. Isso pode gerar uma corrida, uma vez que o mercado livre tinha cerca de 30 mil agentes e, desde então, aumentou algo em torno de 15 mil agentes", observou.

Mesmo com os preços mais baixos neste primeiro semestre, a carteira da CMU no mercado livre de energia praticamente dobrou. "Tínhamos 300 CNPJs no segmento de energia livre até dezembro e hoje contabilizamos quase 600 nesta categoria. Já temos contrato e estamos modelando tudo para que esses 300 novos consumidores participem ainda este ano", afirmou.

Em Minas Gerais, 54% do consumo vem do mercado livre de energia, enquanto a média no Brasil é de 38%, informou o gestor. "Temos um grau de industrialização elevado em Minas com eletro intensivos, como ferroligas, e isso que faz com que a participação de Minas Gerais do mercado livre seja maior do que outros estados da Federação", observou.

Transporte de cargas em MG estima crescer menos em 2024

SETOR RODOVIÁRIO Em 2023, alta foi de 15% e, para este ano, crescimento deve ficar entre 5% e 10%, segundo previsão do Setcemg

RODRIGO MOINHOS

O setor de transportes de cargas em Minas Gerais deverá registrar um crescimento menor neste ano frente ao anterior. Em 2023, o segmento registrou alta de 15% e, para 2024, a estimativa é que o incremento possa variar entre 5% e 10%, muito em função do desânimo que vive o setor, ao enfrentar custos maiores em até 45% por conta do valor do diesel, das condições das estradas em Minas Gerais e dos impactos que a reforma tributária poderá gerar no setor, o que tem levado empresas pequenas e médias a desistir da atividade.

O alerta foi feito pelo presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg), Antônio Luís da Silva Júnior, que avaliou o transporte de cargas como uma atividade de risco, cara e que remunerou pouco neste primeiro semestre de 2024.

"O primeiro semestre foi fraco, com a demanda contida por conta de inseguranças jurídicas, principalmente por decisões não concluídas do Supremo Tribunal Federal (STF), principalmente, no caso da desoneração da folha e também a chamada Lei do Motorista (que dispõe sobre a profissão do motorista para definir e controlar a jornada de trabalho e o tempo de direção) que até hoje não foi definida.

> **"O primeiro semestre foi fraco, com demanda contida por causas de inseguranças jurídicas, principalmente por decisões não concluídas do STF"**
>
> Antônio Luís da Silva Júnior

Isso criou incertezas no setor e dificuldades para crescermos", enumerou o dirigente.

Outro aspecto destacado pelo presidente foram os custos, principalmente, no que diz respeito aos combustíveis; equipamentos, que também subiram demais e falta de mão de obra especializada, principalmente motoristas. "O transporte de carga para o setor de siderurgia foi fraco; o da mineração deu uma acelerada por um período e depois diminuiu; nos setores de alimentos e medicamentos, a demanda aumentou e o setor do e-commerce cresceu muito. No geral, equilibrando os altos e baixos, a demanda ficou estável", avaliou.

Com relação ao segmento de *e-commerce*, o dirigente observou que, depois da pandemia, vem em uma crescente. "Acredito que deve ter crescido em torno de 20% no semestre e isso ajudou muito os transportadores de carga fracionadas e cargas de última milha. A expectativa para o segundo semestre é que seja um pouco melhor, pois há mais consumo. Os empresários fizeram estoque e tiveram vendas aquém das expectativas. Com isso, estão mais preparados para poder retomar o comércio, retomar as vendas e os transportes. E as eleições municipais sempre alavancam algumas obras, geram necessidades. Por isso, a expectativa para o segundo semestre é melhor do que foi o primeiro", projetou.

Segundo Silva Júnior, o custo com diesel em algumas rotas chega a superar em 45% o valor do frete. "Além do custo com os combustíveis, outro ponto que impacta o setor é a dificuldade em repassar aos preços as instabilidades de mercado que estamos vivendo. Tivemos demandas de fretes que não acompanharam os aumentos sucessivos nos combustíveis ou aumento de imposto. Assim, sofremos uma instabilidade muito grande na composição dos nossos custos, onde também incluímos a mão de obra", observou.

Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do País, e é considerado um Estado de passagem, onde toda carga que sai do Sul/Sudeste para o Nordeste passa por Minas, enfatizou o dirigente. "As estradas em Minas, apesar dos esforços, são uma malha muito grande e não recebem recursos suficientes para melhorar. Temos as piores condições de estrada do Brasil, tanto nas federais quanto estaduais, e isso implica em queda de produtividade e maior custo com manutenção dos caminhões. Hoje, gastamos quase seis horas para chegar a Ipatinga, quando no passado esse tempo era em torno de quatro horas, em função do tráfego e das condições da estrada. Isso requer mais caminhão na rua para atender à demanda", comparou.

Silva Júnior: atividade de risco e que remunerou pouco no 1º semestre FOTO: DIVULGAÇÃO / SETCEMG

Demanda - Hoje, a frota existente é suficiente para absorver um incremento na demanda de até 20%, sem necessidade de grandes investimentos, pontuou o presidente. "Essa ociosidade de frota se deve muito ao agronegócio que teve uma frustração de safra e de uma redução no transporte de carga das áreas de siderurgia e construção. Porém, esperamos que elas retornem, pois temos condição de absorver esse crescimento neste segundo semestre com muita facilidade, uma vez que o setor está preparado para isso", projetou.

As transportadoras têm na sua estratégia a renovação da frota. O grande problema é que os preços dos caminhões subiram muito acima da inflação dos últimos anos, considerou ele. "Atualmente, uma carreta custa cerca de R$ 1 milhão. Isso, certamente, vai postergar alguns investimentos, principalmente, das empresas médias e pequenas. Elas não têm estrutura, pois, além da falta de crédito barato, ainda temos juros altos e restrições de crédito, que estão afetando demais a renovação da frota rápida da frota", considerou Silva Júnior.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Uberlândia/MG. 2º Ofício Cível Edital de Citação com Prazo 20 dias. Processo nº 5050504-47.2022.8.13.0702. O Dr. Carlos José Cordeiro, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Uberlândia/MG. Faz Saber a Racoes E Clinica Rute Pereira Rotelli LTDA, CNPJ nº 26.063.587/0001-71 e Rute Pereira Rotelli, CPF nº 139.291.946-00 que por parte de Itaú Unibanco S/A foi ajuizada ação de Execução de Título Extrajudicial para cobrança de R$9.448,80 (Setembro/2022). referente débitos relativos a contratação do crédito no valor de R$ 10.096,56 (operação nº 46801 - 000001676453994) anexo aos autos. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, pague a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% a contar da citação. (Em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade) ou querendo, oferecer Embargos à Execução, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. K-23e24/07

JOSÉ PATRUS PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ-MF 25.321.779/0001-78
AVISO AOS QUOTISTAS

Encontram-se à disposição dos Sócios Quotistas da José Patrus Participações Ltda., na Sede Social, à Rua Matias Cardoso, nº 169 – 8º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, as demonstrações contábeis, o balanço patrimonial e o de resultado econômico, bem como as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2024.

(a) Fernando Caram Patrus (a) Marcos Caram Patrus

ERICK VIANA DE OLIVEIRA, responsável pelo empreendimento **BRASIL COMBUSTIVEIS LTDA – POSTO OURO MINAS**, localizada à Rua Santa Leopoldina, no 20, bairro Ouro Minas, Belo Horizonte/ MG – CEP 31.870-190 inscrito sob CNPJ: **42.550.917/0001-00**, torna público que foi concedida a Licença de Operação - LO n° 0263/24 em 15 de julho de 2024 e com validade até **15 de julho de 2034**.

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA MINISTÉRIO DA **DEFESA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 90028/GAPLS/2024

OBJETO: Contratação de serviços de sonorização e iluminação para realização de eventos da banda de música do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 25 de julho de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 07 de agosto de 2024, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br,** e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.
Telefones: (31) 2112-9398.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

EMCCAMP INCORPORAÇÃO SÃO MATEUS SPE LTDA
NIRE: 312.1166024-3 - CNPJ: 36.857.911/0001-87
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS
(REDUÇÃO DE CAPITAL)

Aos 15 dias do mês de julho de 2024, na sede da sociedade empresária **EMCCAMP INCORPORAÇÃO SÃO MATEUS SPE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 36.857.911/0001-87, localizada em Belo Horizonte, Estado Minas Gerais, na Rua Gonçalves Dias, nº 744, Sala 13, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-091, ("Sociedade"), reuniram-se os sócios **EMCCAMP RESIDENCIAL S.A.**, com sede social e foro na cidade de Belo Horizonte – MG, à rua Gonçalves Dias, nº 744, bairro Funcionários – CEP 30.140-091, inscrita no CNPJ sob nº 19.403.252/0001-90, NIRE nº 313.0002582-9, Inscrição Estadual nº 0624194680099, Inscrição Municipal nº 308.361.001-20, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus diretores **André De Sousa Lima Campos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº. MG-*.288.7** expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº ***.100.676-**, residente e domiciliado em Nova Lima/MG, à BR 356, km 32, S/N e **Felipe Amarante Boaventura**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade **2.67* OAB/MG, inscrito no CPF sob o n.º ***.396.766-**, residente e domiciliado em Nova Lima/MG, na Alameda do Ingá, 585, apt. 1302, Vila da Serra, CEP 34.006-080 e **EMCCAMP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede social e foro na cidade de Belo Horizonte – MG, à Rua Gonçalves Dias, nº 744, sala 02, Bairro Funcionários, CEP 30.140-091, inscrita no CNPJ sob nº 28.652.512/0001-51, NIRE nº 31210931952, Inscrição Estadual nº 003043478.00-49, Inscrição Municipal nº 1.046.740/001-14, neste ato representada na forma de seu contrato social, por **Régis Pinheiro de Campos**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade nº M-*.747.0** SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.386.036-**, residente e domiciliado em São Paulo - SP, à Rua Escócia, 280, Jardim Europa, CEP: 01.450-000, e **Eduardo Pinheiro Campos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº *1.36*/D, expedida pela CREA-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.530.756-**, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, à Rua Espírito Santo, n.º 2.183, apto. 201, Lourdes, CEP: 30.160-041, únicos sócios da Sociedade, que deliberaram, por unanimidade, pela ***(i)*** redução do capital social da Sociedade, por este ser considerado excessivo em relação ao objeto social (artigo 1.082, II do Código Civil), passando o valor do capital de R$ 7.708.125,00 (sete milhões, setecentos e oito mil, cento e vinte e cinco reais) para R$ 5.708.125,00 (cinco milhões, setecentos e oito mil, cento e vinte e cinco reais) e; ***(ii)*** aprovação do projeto de alteração do contrato social da Sociedade, consolidando o evento de redução do capital social e determinando que a referida alteração contratual será levada ao arquivamento perante as autoridades competentes assim que transcorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias contados da data de publicação do presente extrato. Declara, ainda, nos termos do art.1.084 do Código Civil, que a redução de capital será efetivada mediante a restituição de parte do valor das quotas aos sócios, respeitada a proporção e participação de cada um no capital social. **EMCCAMP RESIDENCIAL S.A. -** André De Sousa Lima Campos, CPF ***.100.676-**; **EMCCAMP RESIDENCIAL S.A. -** Felipe Amarante Boaventura, CPF ***.396.766-**; **EMCCAMP EMPR. E PART. LTDA**. - Régis Pinheiro de Campos, CPF ***.386.036-**; **EMCCAMP EMPR. E PART. LTDA**. - Eduardo Pinheiro Campos, CPF ***.530.756-**.

SAM AMBIENTAL E ENGENHARIA S/A
CNPJ/ME 18.134.047/0001-03 - NIRE 3130010440-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SAM AMBIENTAL E ENGENHARIA S/A 1. **CONVOCAÇÃO**: Por ordem do Senhor Diretor Presidente da SAM AMBIENTAL E ENGENHARIA S/A ("Companhia") ficam convocados todos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que se realizará no dia 06 de agosto de 2024, na sede social, localizada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Wilson Rocha Lima, nº 137, sala 303, letra A, Bairro Estoril, CEP 30.494-460. A Assembleia será instalada, em primeira convocação, às 14 horas (horário de Brasília), a fim de deliberaram sobre a Ordem do Dia especificada abaixo. 2. **ORDEM DO DIA**: (a) Deliberar sobre (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; Belo Horizonte (MG), 24 de julho de 2024. André Pentagna Guimarães Salazar - Diretor Presidente

---

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação
Pregão Eletrônico nº 2012015.111/2024

Objeto: Aquisição de cola cirúrgica para o abastecimento do almoxarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro - HGIP/IPSEMG, sob a forma de entrega parcelada, pelo período de 12 (doze) meses. Data da sessão pública: 09/08/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br**. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas. Belo Horizonte, 23 de julho de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Adiamento de Licitação
Pregão Eletrônico nº 2012015.149/2024.

Objeto: Compra de materiais médico-hospitalares do tipo fórmulas enterais em sistema fechado e suplementos nutricionais orais para o abastecimento do almoxarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro-HGIP/IPSEMG, sob a forma de entrega parcelada, pelo período de 12 (doze) meses. Fica adiada sine die a data de abertura deste procedimento licitatório prevista para o dia 29/08/2024, às 09h00m (nove horas). Belo Horizonte, 23 de julho de 2024. Marci Moratti Cardoso Anselmo – Gerente de Compras e Contratos do IPSEMG.

18ª VARA CÍVEL – COMARCA DE BELO HORIZONTE - Edital de Citação. Prazo: 20 dias. O Dr. Fernando Fulgêncio Felicíssimo, Juiz de Direito, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. Faz saber pelo presente edital aos que virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tramitam os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, de nº 6024184- 81.2015.8.13.0024 movida por BANCO BRADESCO S.A, CNPJ 60.746.948/0001-12, representado por seu advogado, Dr. José Lídio Alves dos Santos, OAB/SP 156187, em face de ANA CLAUDIA SANTOS EIRELI - EPP, CNPJ 16.917.747/0001-49 e ANA CLAUDIA SANTOS, CPF 087.506.366-77. Alega o exequente que celebrou com o primeiro réu Contrato de Empréstimo Bancário de nº 008.175.069, tendo como avalista a segunda ré, sendo que a pessoa jurídica executada não efetuou o pagamento das obrigações assumidas, resultando em dívida cujo valor atualizado é de R$335.772,50 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos). Esgotados os meios para pagamento espontâneo da quantia devida, só restou o ajuizamento desta execução. Diante da inadimplência ocorrida, requer o exequente a citação por meio de edital, tendo em vista as infrutíferas tentativas de localizar os executados. Assim, tem o presente edital a finalidade de citar as executadas ANA CLAUDIA SANTOS EIRELI - EPP, CNPJ 16.917.747/0001-49 e ANA CLAUDIA SANTOS, CPF 087.506.366-77, que se encontram em local incerto e não sabido, de todos os termos e atos da presente ação e para, no prazo de 03 dias, pagar a quantia de R$335.772,50 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), referente ao principal, acessórios, sob pena de penhora; ficando ciente de que havendo integral quitação, no prazo supracitado, a verba honorária fixada nos autos em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, será reduzida pela metade; bem como de que poderá se opor à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, iniciando-se o prazo no útil seguinte ao fim do prazo do edital, independentemente de penhora, depósito ou caução; e que poderá requerer o parcelamento do débito. Fique advertida de que será nomeado curador especial em caso de revelia, conforme art. 257, IV do CPC. Para conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Belo Horizonte, 08 de julho de 2024. K-23e24/07

RESULTADO FINAL TELE SENA DE SÃO JOÃO 2024 liderança

Títulos premiados Mais Pontos (28 Pontos)

0.477.379 0.485.621 0.713.128 1.183.660 1.948.271 2.344.295 3.017.963 3.296.759
3.345.702 3.676.872 3.768.292 4.000.863 4.111.373 4.273.220 4.277.757 4.525.231

292 Títulos premiados Pela Boa (27 Pontos)

Confira os números dos 292 títulos premiados no *site* www.telesena.com.br

Títulos premiados com Menos Pontos (13 Pontos)

0.043.503 0.275.207 0.666.105 0.744.716 0.796.547 0.992.160 1.115.617
1.223.044 1.298.620 1.302.089 1.485.504 1.526.714 1.553.599 1.768.007
1.853.686 1.922.103 1.974.430 2.080.335 2.089.290 2.127.065 2.250.870
2.396.100 2.694.336 3.377.843 3.580.457 3.650.315 4.187.648 4.383.673
4.551.920 4.858.578 4.888.495

Dezenas sorteadas Mais Pontos e Menos Pontos

04 06 07 08 11 12 13 14 16 20 21 22 24 25 27 29 30 31 33 35 37 39 40 41 42 44 45 46 47 49

Estados Premiados

Mais Pontos (28 Pontos) - BA 01 **INTERNET** 12 **MG** 01 **SP** 02

Pela Boa (27 Pontos) - AL 01 **BA** 05 **DF** 01 **ES** 02 **GO** 03 **INTERNET** 205 **MA** 02 **MG** 08 **MS** 01 **MT** 03 **PA** 04 **PB** 02 **PE** 02 **PR** 08 **RJ** 07 **RN** 01 **RS** 07 **TO** 02 **SC** 01 **SE** 02 **SP** 25

Menos Pontos (13 Pontos) - CE 01 **INTERNET** 20 **MA** 01 **MG** 01 **PA** 01 **PR** 01 **RN** 01 **RS** 03 **SP** 02

Confira os números dos **34.520** títulos premiados com Prêmio Instantâneo e **50** títulos sorteados com a Promoção **"5 MIL PELO O BRASIL"** no *site* da Tele Sena: **www.telesena.com.br**

ABR Soluções Ambientais Ltda, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - **SEMMAD**, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo **nº 59.361/2023**, Licença Ambiental Simplificada, para atividade de Central de recebimento, triagem ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, localizada à Fazenda Baú, Lote 03, Quadra 04, Rodovia BR 262, Km 356, Parque Industrial de Betim, no município de Betim, com **validade até 10/07/2029.**

EMCCAMP INCORPORACAO BUTANTA SPE LTDA
NIRE: 312.1150504-3 - CNPJ: 35.364.729/0001-21
EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS
(REDUÇÃO DE CAPITAL)

Aos 15 dias do mês de julho de 2024, na sede da sociedade empresária **EMCCAMP INCORPORAÇÃO BUTANTA SPE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.364.729/0001-21, localizada em Belo Horizonte, Estado Minas Gerais, na Rua Gonçalves Dias, nº 744, Sala 08, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-091, ("Sociedade"), reuniram-se os sócios **EMCCAMP RESIDENCIAL S.A.**, com sede social e foro na cidade de Belo Horizonte – MG, à rua Gonçalves Dias, nº 744, bairro Funcionários – CEP 30.140-091, inscrita no CNPJ sob nº 19.403.252/0001-90, NIRE nº 313.0002582-9, Inscrição Estadual nº 0624194680099, Inscrição Municipal nº 308.361.001-16, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus diretores **André De Sousa Lima Campos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº. MG-*.288.7** expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº ***.100.676-**, residente e domiciliado em Nova Lima/MG, à BR 356, km 32, S/N e **Felipe Amarante Boaventura**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade **2.67*OAB/MG, inscrito no CPF sob o n.º ***.396.766-**, residente e domiciliado em Nova Lima/MG, na Alameda do Ingá, 585, apt. 1302, Vila da Serra, CEP 34.006-076 e **EMCCAMP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede social e foro na cidade de Belo Horizonte – MG, à Rua Gonçalves Dias, nº 744, sala 02, Bairro Funcionários, CEP 30.140-091, inscrita no CNPJ sob nº 28.652.512/0001-51, NIRE nº 31210931952, Inscrição Estadual nº 003043478.00-49, Inscrição Municipal nº 1.046.740/001-10, neste ato representada na forma de seu contrato social, por **Régis Pinheiro de Campos**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da carteira de identidade nº M-*.747.0** SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.386.036-**, residente e domiciliado em São Paulo - SP, à Rua Escócia, 280, Jardim Europa, CEP: 01.450-000, e **Eduardo Pinheiro Campos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº *1.36*/D, expedida pela CREA-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.530.756-**, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, à Rua Espírito Santo, n.º 2.183, apto. 201, Lourdes, CEP: 30.160-037, únicos sócios da Sociedade, que deliberaram, por unanimidade, pela ***(i)*** redução do capital social da Sociedade, por este ser considerado excessivo em relação ao objeto social (artigo 1.082, II do Código Civil), passando o valor do capital de R$ 13.210.522,00 (treze milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e vinte e dois reais) para R$ 11.210.522,00 (onze milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e vinte e dois reais) e; ***(ii)*** aprovação do projeto de alteração do contrato social da Sociedade, consolidando o evento de redução do capital social e determinando que a referida alteração contratual será levada ao arquivamento perante as autoridades competentes assim que transcorrido o prazo legal de 90 (noventa) dias contados da data de publicação do presente extrato. Declara, ainda, nos termos do art.1.084 do Código Civil, que a redução de capital será efetivada mediante a restituição de parte do valor das quotas aos sócios, respeitada a proporção e participação de cada um no capital social. **EMCCAMP RESIDENCIAL S.A.-** André De Sousa Lima Campos, CPF ***.100.676-**; **EMCCAMP RESIDENCIAL S.A. -** Felipe Amarante Boaventura, CPF ***.396.766-**; **EMCCAMP EMPR. E PART. LTDA. -** Régis Pinheiro de Campos, CPF ***.386.036-**; **EMCCAMP EMPR. E PART. LTDA. -** Eduardo Pinheiro Campos, CPF ***.530.756-**.

CONSTRUTORA ATERPA S/A
CNPJ/ME 17.162.983/0001-65 – NIRE 3130002413-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Realizada em 06 de junho de 2024 - 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 10 horas do dia 06 de junho de 2024, na sede social da Construtora Aterpa S.A. ("Companhia"), localizada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Wilson Rocha Lima, nº 137, sala 301, Bairro Estoril, CEP 30.494-460. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. **3. MESA DIRIGENTE:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Pentagna Guimarães Salazar, tendo como secretário o Sr. Lucas Magalhães Vasconcelos. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a lavratura da ata da AGE na forma sumária como faculta o §1º do art. 130, da Lei das S.A.; (ii) criação da filial de Inocência, (iv) com a consequente alteração do artigo 2°, do Estatuto Social da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia e após a discussão das matérias, sem que houvesse requerimento de leitura dos documentos previstos no art. 133, da Lei das S.A., os acionistas, sem quaisquer restrições, resolveram deliberar o seguinte: (i) Aprovar a lavratura da ata da AGE na forma sumária nos termos do §1º do art. 130, da Lei das S.A.; **(ii) Criação da Filial Inocência:** Aprovar a criação de uma filial na cidade de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul, no endereço Rua Jaime David, 604, bairro Jardim Bocaina, CEP 79580-000. (iii) **Alteração do Estatuto Social:** em função da aprovação da extinção acima disposta, fica aprovada e ratificada a alteração do artigo 2º, do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar da seguinte forma: **Art. 2º** - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Wilson Rocha Lima, nº 137, sala 301, letra A, bairro Estoril, CEP 30494-460, podendo, por deliberação de sua Diretoria, ser criados e extintos departamentos, canteiro de obras, escritórios, filiais, sucursais ou agências em qualquer localidade do País. **Parágrafo Primeiro:** A Sociedade possui as seguintes filiais, sucursais e escritórios: I - Filial Olhos D`Água - Rua São Pedro da Aldeia, nº 1251, no Bairro Olhos d'Água, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.390-000 – NIRE 3190107900-1 – CNPJ: 17.162.983/0005-99; II - Sucursal Peru – Cidade de Lima Tradiciones n. 176, Dpto. 201 Surco – República do Peru – RUC 20127619965; III - Filial Administrativa – Rua Wilson Rocha Lima, nº 25, sala 301, letra B, bairro Estoril, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30494-460 – NIRE 3190257474-0 e CNPJ: 17.162.983/0027-02; IV – Filial Itabira - Avenida France de Paula Andrade, nº 513 - A, bairro Vila Nações Unidas, na cidade de Itabira/MG, CEP 35.900-053 - NIRE 3190262259-1 e CNPJ: 17.162.983/0028-85; V - Filial Pará – Rua do Sossego, nº 0, bairro São Félix Pioneiro, na cidade de Marabá/PA, CEP 68513-626 - NIRE 1590042014-9 e CNPJ: 17.162.983/0025-32. VI – Filial Jeceaba - Avenida Brasilino Cardoso Machado, nº 200, bairro Centro, na cidade de Jeceaba/MG, CEP 35498-000 – NIRE 3190276093-4 e CNPJ: 17.162.983/0031-80; VII - Filial Santa Catarina: Rua Lino Luiz da Silva, S/N, lote 01, bairro Sertão do Maruim, na cidade de São José/SC, CEP 88122-075 – NIRE 4290205232-7 e CNPJ: 17.162.983/0032-61; VIII - Filial Mariana: Rua Wenceslau Braz, nº 182, Bairro Centro, na cidade de Mariana/MG, CEP 35420-027 - NIRE 3190283210-2 e CNPJ: 17.162.983/0034-23; IX - Filial São Brás do Suaçuí - Rodovia BR-383, S/N, KM 15, Área Rural, Centro, na cidade de São Brás do Suaçuí /MG, CEP 35494-000 – NIRE 3190288976-7 e CNPJ 17.162.983/0037-76; X - Filial Congonhas - Rua Geraldo Pinto, nº 69, bairro centro, na cidade de Congonhas/MG, CEP 35.900-053 - NIRE 3190288975-9 e CNPJ 17.162.983/0036-95; XI - Filial Ouro Preto II – Rodovia MG 129, KM 130, bairro Antônio Pereira, na cidade de Ouro Preto/MG, CEP 35411-000 – NIRE 3190291297-1 e CNPJ: 17.162.983/0038-57; XII – Filial Itabirito - Travessa Domingos Pereira Silva, nº 52, loja 1, bairro Centro, na cidade de Itabirito/MG, CEP 35450-039 – NIRE 3190295703-7 e CNPJ: 17.162.983/0040-71; XIII – Filial Barão de Cocais - Avenida Wilson Alvarenga de Oliveira, nº 555, apto 100, bairro Viúva, CEP 35970- 972 – NIRE 3190295702-9 e CNPJ: 17.162.983/0039-38; XIV - Filial Congonhas II - Rua André Bonifácio, nº 130 A, bairro Pires, CEP 36.417-228 – NIRE 3190298195-7 e CNPJ: 17.162.983/0041-52; XV - Filial Alto Horizonte - Avenida E, s/n, quadra 0005, lote 0009, bairro setor industrial, CEP 76.560-000 – NIRE 5290170746-8 e CNPJ: 17.162.983/0042-33; XVI - Filial Inocência - Rua Jaime David, 604, bairro Jardim Bocaina, na cidade de Inocência/MS, CEP 79580- 000 – Em fase de obtenção de NIRE e CNPJ. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes (JASA Participações S.A. – André Pentagna Guimarães Salazar), ficando autorizada a sua lavratura na forma de sumário e sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. Certificando o Secretário (Lucas Magalhães Vasconcelos) e o Presidente (André Pentagna Guimarães Salazar) que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Certifico o registro sob o n° 11762985 em 11/06/2024 da Empresa Construtora Aterpa S/A., NIRE 31300024130 e protocolo 243562039 - 10/06/2024. (a) Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

POLÍTICA

Corte necessário é de R$ 28 bi

ORÇAMENTO Projeção do IFI aponta que o esforço fiscal do governo deve ser de 0,25% do Produto Interno Bruto brasileiro

Governo federal anunciou que realizará R$ 11,2 bilhões em bloqueio de despesas e R$ 3,8 bilhões em contingenciamento FOTO: BERNARD BARROSO / STOCK.ADOBE.COM

"O RAF também aponta que, embora haja relativo grau de subjetividade, o mínimo necessário para o funcionamento regular da máquina pública federal envolveria 0,7% do PIB para complementação do cumprimento da vinculação constitucional de gastos com saúde e educação"

Projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI) indica que o governo federal precisa fazer um esforço fiscal equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para cumprir a meta de déficit primário estabelecida para 2024. O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de julho, elaborado pela IFI, estima que o esforço fiscal efetivo, com cortes de despesas e novas receitas, precisa ser de cerca de R$ 28 bilhões. Nos últimos dias, o governo começou a anunciar os primeiros cortes no Orçamento deste ano, confirmando na segunda-feira (22) que serão bloqueados ou contingenciados R$ 15 bilhões.

O relatório de julho da IFI, divulgado na semana passada, indica que o déficit primário recorrente do governo federal chegou a 1,6% do PIB no acumulado de 12 meses até junho. O resultado primário recorrente é uma medida que exclui do cálculo efeitos considerados não recorrentes, como antecipação de dividendos e outras arrecadações atípicas.

"Apesar do crescimento real de 8% das receitas primárias no primeiro semestre do ano, as despesas primárias registraram incremento superior, de 10,5%. Neutralizados os eventos não recorrentes (Imposto de Renda sobre o estoque de fundos exclusivos e *offshores*, antecipação de dividendos da Petrobras, arrecadação atípica no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), enquanto as receitas teriam crescido 6%, a despesa teria aumentado em 10,9% no primeiro semestre de 2024", afirma o relatório, que é assinado pelos diretores da IFI Marcus Pestana (diretor-executivo) e Alexandre Andrade.

A meta fiscal deste ano permite um rombo de até 0,25% do PIB, em torno de R$ 29 bilhões. Para 2025, o governo previa um superávit primário de 0,5% do PIB, mas reduziu o esforço fiscal para um déficit de até 0,25%.

Orçamento de 2024 - A contenção de R$ 15 bilhões no Orçamento de 2024, anunciada na segunda-feira pelo governo, será de R$ 11,2 bilhões em bloqueio de despesas e R$ 3,8 bilhões em contingenciamento.

A confirmação do congelamento foi feita no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 3º bimestre (maio e junho), produzido em conjunto pelas áreas técnicas dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento.

Já o detalhamento da contenção por órgão será divulgado apenas na semana que vem, na terça-feira (30). Uma tarefa desafiadora, como aponta o IFI no relatório.

"Diversas despesas primárias discricionárias são difíceis de ser contingenciadas ou canceladas, tanto que a Secretaria Nacional do Tesouro passou a classificá-las como 'despesas discricionárias rígidas', tais como a complementação para o cumprimento do gasto mínimo em saúde e educação, o piso do investimento introduzido pelo novo arcabouço fiscal e as emendas parlamentares de execução obrigatória (individuais e de bancada), além de compromissos incomprimíveis (bolsas a estudantes e pesquisadores) e custeio administrativo mínimo (aluguéis, energia, água, telecomunicações, combustíveis etc.)", diz a IFI.

Máquina pública federal - O RAF também aponta que, embora haja relativo grau de subjetividade, o mínimo necessário para o funcionamento regular da máquina pública federal envolveria 0,7% do PIB para complementação do cumprimento da vinculação constitucional de gastos com saúde e educação; 0,5% para o piso de investimento; e 0,1% do PIB para emendas parlamentares impositivas — ou seja, 1,3% para despesas primárias discricionárias rígidas.

A IFI ainda adverte que, se a dinâmica das finanças públicas e suas regras de execução não forem alteradas, poderá ocorrer estrangulamento na execução do Orçamento federal em um intervalo de três anos. **(Agência Senado)**

Redução nos gastos será detalhada na próxima semana, diz Simone Tebet

Brasília - A equipe econômica fará uma coletiva de imprensa na próxima semana para detalhar cortes de gastos nos orçamentos de 2024 e 2025 gerados a partir da revisão de programas do governo, disse nesta terça-feira a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Em entrevista a jornalistas no Rio de Janeiro, onde participa de eventos do G20, Simone Tebet afirmou que o detalhamento englobará cortes já anunciados anteriormente, de R$ 9 bilhões nas contas de 2024 e de R$ 25,9 bilhões para 2025.

Diante de um cenário de crescimento de despesas obrigatórias, analistas têm questionado o foco do governo em elevar a arrecadação em vez de cortar gastos. Diante da pressão, a equipe econômica anunciou o plano de revisar gastos, com foco na busca de fraudes e irregularidades, evitando alterar programas e benefícios.

"Teremos os ministérios da Fazenda e do Planejamento detalhando como se dará -- e está acontecendo -- a revisão de gastos de R$ 9 bilhões neste ano, para que possamos chegar à meta zero ainda em 2024, e como entrará no Projeto de Lei Orçamentária de 2025 o corte, a economia pela ótica de fraude, erros e irregularidades de R$ 25,9 bilhões", disse Simone Tebet.

A ministra ressaltou que parte das medidas de revisão de despesas não precisa passar pelo Congresso, como decretos e portarias, mas também haverá casos que dependem de análise do Legislativo.

Segundo ela, essas iniciativas podem ser incluídas no relatório do senador Jaques Wagner (PT-BA) sobre a desoneração da folha salarial de setores da economia e de municípios de pequeno porte. O texto deve ser debatido em agosto.

Na entrevista, a ministra voltou a afirmar que o governo não mudará a política de ganhos reais do salário mínimo, ressaltando que também não será alterada a regra que vincula a correção de aposentadorias à do piso salarial nacional.

O ritmo acelerado da ampliação de gastos com Previdência e benefícios sociais forçou o governo a anunciar nesta semana um congelamento de verbas de ministérios para respeitar regras fiscais. **(Reuters)**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Lula defende política de valorização do salário mínimo

Buri - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem a política de valorização do salário mínimo e disse que vai manter os reajustes até o fim do mandato.

Essa política, que assegura correção do mínimo pela inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, tem impacto, por exemplo, sobre os gastos previdenciários. Como a Folha de S.Paulo mostrou, a Previdência Social terá um aumento de ao menos R$ 100 bilhões em suas despesas nos próximos quatro anos devido à valorização do mínimo.

"Nesses dois anos [de governo] aplicamos 11% de reajuste por mérito no salário e vamos continuar, porque quando o salário aumenta o povo vira consumidor. A classe média vai vender mais", disse o presidente em um discurso no campus Lago do Sino da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) em Buri, a 220 km da capital.

"O povo consumindo mais, e os agricultores vão ter o que plantar. Vai ter mais comida barata, e a gente vai ficar mais bonitão, mais gordo", prosseguiu Lula.

Desde janeiro de 2024, o salário mínimo é de R$ 1.412. A previsão para 2025, como mostrou a Folha de S.Paulo, é de R$ 1.502, uma alta de 6,73% em relação ao piso atual.

Lula foi até o local anunciar um investimento de R$ 79 milhões para UFSCar e estava diante de um público sobretudo de alunos universitários, além de militantes com bandeiras e bonés do MTST.

O presidente também reclamou da alíquota do imposto sobre herança ao comparar com os Estados Unidos. "No Brasil, ninguém faz doação porque o imposto sobre a herança é nada, é só 4%. A pessoa não tem interesse em devolver o patrimônio dela", disse Lula ao enaltecer o gesto do escritor Raduan Nassar.

Foi ele quem doou para o governo federal a fazenda de 43 hectares (quatro vezes a área do parque Ibirapuera, em São Paulo) para implantar esse campus da UFSCar. "Nos Estados Unidos, 40% da herança é de imposto. Então por lá, como imposto é alto, empresários que doam seu patrimônio para universidade, laboratório, fundação", disse o chefe do Executivo.

Lula estava acompanhando dos ministros Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar) e Camilo Santana (Educação).

O campus de Buri contempla os cursos de biologia, administração, engenharia de alimentos, engenharia agronômica e engenharia ambiental.

O presidente também afirmou que o Brasil está preparado para trilhar o mercado de energia limpa e chamou a transição energética de moda. "A gente tem 85% de energia limpa, vamos fazer muita coisa de eólica, solar, hidrogênio verde, que é desejo do mundo para cuidar do planeta", afirmou Lula, mas sem detalhar o plano para cada um desses segmentos.

Por fim, Lula disse para o público que tem 78 anos, sente-se um jovem e o mais otimista dos brasileiros. "Quando se tem uma causa, a gente não envelhece. Fui eleito para mostrar que o povo pobre não é o problema, é a solução", concluiu o presidente. **(Carlos Petrocilo/ Folhapress)**

AGRONEGÓCIO

Nacional do Mangalarga Marchador: os melhores da raça

EQUINOCULTURA Exposição no Parque da Gameleira, na Capital, reúne mais de 1.500 animais; movimentação financeira que envolve cadeia é estimada em R$ 9 bilhões em 2023

MICHELLE VARVERDE

Segundo maior evento realizado em Belo Horizonte, atrás somente do Carnaval, segundo a organização, a 41ª edição da Nacional do Mangalarga Marchador vai reunir, até o dia 3 agosto, 1.546 animais no Parque de Exposição Bolívar de Andrade, o Parque da Gameleira. O evento é o principal da raça e define os melhores exemplares do País. A raça Mangalarga Marchador segue em plena expansão, sendo responsável por uma movimentação financeira estimada em R$ 9 bilhões em 2023.

Conforme a presidente da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (ABCCMM), Cristiana Gutierrez, o crescimento da raça é resultado do bom desempenho do agronegócio e também para grande versatilidade dos animais, apropriados desde a lida no campo, a cavalgada, as provas esportivas e as exposições.

A raça Mangalarga Marchador se destaca no cenário econômico da equinocultura. Segundo a presidente da entidade, pesquisas em andamento mostram que a cadeia produtiva da equinocultura no Brasil passou de uma movimentação de R$ 16 bilhões em 2016 para cerca de R$ 30 bilhões em 2023. A estimativa é que o Mangalarga Marchador tenha uma participação da ordem de 31% nesse mercado.

"O Mangalarga acompanha o crescimento da equinocultura no Brasil. O desempenho positivo é favorecido pelo crescimento do agronegócio que tem a maior pecuária extensiva do mundo e pela expansão das fronteiras agrícolas. Então, a raça vem na esteira do crescimento do setor. Por ser um cavalo com várias funções, as características da raça tornam a expansão mais fácil. É um cavalo dócil, rústico, de sela, do lazer, da cavalgada e das competições", esclarece.

41ª Exposição Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador vai até 3 de agosto no Parque da Gameleira FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MICHELLE VALVERDE

Mercado aquecido - Ainda segundo Cristiana Gutierrez, durante a pandemia, as pessoas passaram a valorizar mais o contato com a natureza. Assim, houve um aumento da procura pelos animais da raça, o que se mantém até hoje: "Mesmo durante a pandemia, a raça continuou crescendo. Agora, no mundo pós-pandemia seguimos, felizmente, crescendo voltados para essa busca maior por atividades ao ar livre e junto à natureza".

Quanto aos preços dos cavalos, conforme ela, a raça é democrática com valores variando conforme a necessidade do cliente. "Se o criador quer um animal para passear no sítio, é possível comprar um potro na faixa de R$ 5 mil a R$ 6 mil. Se preferir um bom animal de sela para cavalgada, gira em torno de R$ 10 mil. O valor depende do nicho. Se o criador quer competir, busca por uma genética consagrada, aí temos garanhões condominiados que ultrapassam R$ 1 milhão", aponta a presidente da ABCCMM.

Nacional maior - Este ano com o mercado aquecido, a Nacional do Mangalarga, que já está em curso, terá 15 dias. A expansão do evento, que antes durava 13 dias, acontece, conforme Cristiana Gutierrez, devido à grande participação dos criadores e às diversas provas e julgamentos realizados durante os dias.

O evento conta com 1.546 animais de Marcha Batida e de Marcha Picada de várias partes do País. Haverá julgamentos diários de marcha e morfologia na pista. A Nacional também terá provas esportivas e sociais, palestras técnicas com temas ligados à criação de cavalos e programação social. A expectativa é receber 200 mil visitantes ao longo do evento.

A 41ª edição da Nacional do Mangalarga Marchador marca também os 75 anos da ABCCMM. A associação é uma das maiores de equinos da América Latina. Hoje, conta com mais de 24 mil associados e um plantel de 745.571 animais ativos. O evento conta ainda com espaços gastronômicos, espaço kids e fazendinha, além de vários serviços.

> **"O Mangalarga acompanha o crescimento da equinocultura no Brasil. O desempenho positivo é favorecido pelo crescimento do agro, que tem a maior pecuária extensiva do mundo"**
>
> Cristiana Gutierrez

DIA DO SUINOCULTOR

Minas tem três grandes polos produtivos de carne suína

MICHELLE VALVERDE

Hoje (24) é comemorado o Dia do Suinocultor. Em Minas Gerais, a suinocultura se transformou em uma importante atividade econômica e fundamental para garantir a segurança alimentar da população. A produção do Estado é a quarta maior do País, atrás somente dos estados do Sul. A suinocultura mineira se diferencia por ser, em sua maioria, conduzida por produtores independentes.

O presidente da Associação dos Suinocultores do Estado de Minas Gerais (Asemg), João Carlos Bretas Leite, ressalta a importância dos suinocultores na condução da atividade, que é geradora de empregos e se destaca pelo uso de tecnologia. "A suinocultura mineira representa a suinocultura independente e empresarial do País. Nossa atividade é pulverizada tanto na produção de suínos através das granjas quanto do processamento através dos frigoríficos. As características da suinocultura mineira ampliam a sua importância como geradora de renda, empregos, impostos e fixação de pessoas no campo. Destaca-se também pelo uso da tecnologia, sendo das mais modernas no agronegócio brasileiro atualmente", esclarece.

O suinocultor Cássio Diniz Alves, da Fazenda Agropecuária Três Irmãos, em Pará de Minas, explica que a atividade na região Centro-Oeste é caracterizada pela suinocultura independente e para o mercado interno: "Trabalhamos, em média, 2 mil suínos/mês, o que representa cerca de 200 toneladas de carne vendida ao mercado. Nossa produção é destinada aos frigoríficos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e voltada para abastecer o mercado interno".

Fase lucrativa – Neste ano, Alves destaca que a atividade está gerando lucro. Hoje, o quilo do suíno vivo está, em média, R$ 8, enquanto o custo está por volta de R$ 6,20 por quilo. Assim, o valor é suficiente para garantir uma margem de lucro.

Apesar do cenário favorável, nem sempre é assim. Entre 2021 e meados de 2023, o setor enfrentou a mais longa crise de preços, com os custos elevados e valores recebidos abaixo do necessário para lucrar. O resultado foi o acúmulo de prejuízos, o que afastou muitos suinocultores da atividade. "A produção é desafiadora. No período, ficamos cerca de 20 meses acumulando prejuízos. Hoje, estamos em um momento bem mais confortável com a atividade com margem de lucro. Mas é difícil recuperar o que foi perdido nos anos anteriores", aponta Alves.

Polos - Considerando a suinocultura independente, a região Centro-Oeste ocupa o segundo lugar entre as maiores produtoras do Estado. Conforme os dados da Asemg, Minas tem três polos produtivos da carne suína.

Entre eles, a Zona da Mata concentra cerca de 91 mil matrizes (35% do volume estadual). Logo em seguida, vem o Centro-Oeste, com 30 mil matrizes (12%). No polo do Triângulo Mineiro, mais caracterizado pela suinocultura integrada, a produção gira em torno de 130 mil matrizes (50%), já a suinocultura nas demais regiões do Estado conta com mais 8.608 mil matrizes (3% do total).

Consumo - A produção elevada e de alta qualidade aliada à culinária típica mineira fazem com que o Estado seja o maior consumidor per capita da carne suína. Para atender a demanda interna e externa, a atividade no Estado conta com 259.608 matrizes, representando, portanto, 13% do plantel brasileiro.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Minas é destaque no consumo com cerca de 27 quilos per capita/ano em 2023. Já no País, o volume foi de 18,3 quilos, conforme a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

A grande diferença no consumo se deve à culinária tradicional do Estado, que tem a carne suína como um dos principais ingredientes. Em 2023, Minas produziu 594,1 mil toneladas deste tipo de proteína, um avanço de 0,6% frente a 2022. No Brasil, o volume chegou a 5,2 milhões/toneladas, segundo o IBGE.

A produção mineira, além de abastecer o mercado interno, também é exportada. No ano passado, conforme a Seapa, as exportações somaram 22,9 mil/toneladas, volume que cresceu 14,8%. A movimentação financeira ficou 19,9% maior, gerando, assim, US$ 49,2 milhões.

Com reposicionamento de mercado, Usaflex cresce

ENTREVISTA - ELBIO ARMILIATTO

DANIELA MACIEL

Fundada em 1998, na cidade de Igrejinha, no Rio Grande do Sul, a Usaflex é pioneira e líder na fabricação de calçados e bolsas de couro que priorizam a inovação, estilo e conforto para mulheres. Com produção de até 25 mil pares de calçados por dia, a marca se destaca por agregar tecnologia em mais de 50 diferentes linhas de produtos, que podem ser adquiridos pela loja virtual, multimarcas ou em uma das mais de 320 franquias espalhadas por todo território nacional.

E foi durante a maior feira de franquias do mundo, a ABF Franchising Expo, em São Paulo, que o diretor de Franquias, Elbio Armiliatto, falou com exclusividade ao Diário do Comércio sobre a importância de Minas Gerais para a marca, os planos de internacionalização, o peso de *rebranding* para na história da Usaflex, e, claro, os impactos dos eventos extremos do Rio Grande do Sul sobre a empresa.

A Usaflex passou os últimos anos por um grande processo de reposicionamento no mercado. O que você pode dizer sobre o momento atual da empresa?

A Usaflex é uma marca que já completou 26 anos. Nascemos como uma empresa industrial, produzindo sapatos e comercializando no seu varejo tradicional, nas sapatarias. A partir de 2017, assumimos uma proposta de fazer crescer a percepção da marca investindo basicamente em três grandes pilares: em *marketing*, para divulgar a marca; em design de produto, para rejuvenescer o produto que até então era considerado um produto de "titia e de vovó" e a partir daí começamos a trazer jovialidade e moda para o conforto e o terceiro grande pilar foi em franquias. Um projeto de franquias crescendo e vindo a ponto de a gente sair lá de 2017, com algumas lojas que eram fidelizadas e que viraram franquias para chegar agora, em 2024, com 321 lojas no Brasil e a meta de encerrar o ano com 350 lojas. É um crescimento - com dois anos de pandemia no meio da história - com uma média de quase 50 lojas por ano. Somos considerados um *case* no mercado do *franchising* e para o nível de investimento necessário para uma franquia Usaflex. Esse nível de crescimento você só vê em microfranquias. O investimento exigido pela Usaflex fica entre R$ 500 mil e R$ 600 mil.

FOTO: DIVULGAÇÃO / USAFLEX

"Já temos um bom número de lojas em Minas Gerais. Mas tem várias cidades que a gente está prospectando. Temos oportunidades no Sul de Minas e já estamos negociando uma loja em Poços de Caldas. Também já temos data prevista para inaugurar uma loja em Divinópolis, e buscando outras oportunidades também na Grande BH. Teremos até no final de ano, com certeza, no mínimo, mais dez lojas em Minas Gerais"

Elbio Armiliatto

Você falou do pilar do *design,* do reposicionamento da marca. Vocês conciliaram conceitos que pareciam incompatíveis como conforto e beleza, praticidade e festa, por exemplo. Como juntar todas essas nuances em um modelo de negócios que prima pela padronização, em um País do tamanho e com tantas diferenças regionais como o Brasil?

Esse crescimento só foi possível porque a franquia gerou visibilidade para a marca e este rejuvenescimento aproveitou o momento em que as pessoas não estão mais dispostas a ficarem desconfortáveis usando um determinado produto. A Usaflex aproveitou muito essa possibilidade que o mercado trouxe. Estávamos preparados para isso, entregar moda e beleza mantendo o DNA de conforto. Esse foi o fator que nos fez crescer nesses níveis. Sobre a questão da regionalização, todos os nossos franqueados têm liberdade para comprar os produtos de acordo com a sua região. A Usaflex oferece um portfólio de produtos que atende de norte a sul.

É claro que muito desse sucesso você deve ao franqueado, que é o sócio na ponta. Qual o perfil e como escolher um candidato? Quem é o franqueado ideal?

Para ser um franqueado da Usaflex, tem que gostar de moda e de sapato. Isso já é meio caminho andado. Outro ponto fundamental e que não abrimos mão, é que ele seja um franqueado operador. Não buscamos franqueado investidor. O franqueado operador é aquele que efetivamente vai estar no comando da loja, que vai imprimir o ritmo dele na gestão. São importantíssimas tanto a gestão interna de estoque, de compras, financeira, mas principalmente a gestão de pessoas. O atendimento é o grande diferencial do varejo. O produto muitas vezes é o mesmo, o *marketing* é o mesmo, então, o que que faz a diferença de uma loja ter 120% da sua meta ou 90% da sua meta cumprida é o operador, é quem está à frente da sua equipe e a equipe que presta o atendimento. Um bom atendimento cativa, conquista e fideliza consumidor.

E isso é fundamental para os resultados do negócio em um cenário de escassez de mão de obra, certo?

Fazer gestão de gente é ganhar escala. Temos uma estrutura toda preparada para treinar a mão de obra do franqueado. Acompanhamos o franqueado durante todo o período de pré-montagem, mas a rapidez com que é preciso reciclar e treinar pessoas faz com que a gente tenha investido na universidade Usaflex que é o nosso Uniflex, e hoje todas as nossas vendedoras conseguem trabalhar com *mobile*, que faz todas as frentes digitais, a multicanalidade. Essa omnicanalidade está na palma da mão da vendedora. Esse mesmo *mobile* serve para ela ser treinada.

Você falou do *mobile* na mão da vendedora. Durante muito tempo acreditou-se que as ferramentas digitais iriam concorrer com as lojas e com os vendedores, ao contrário, certo?

Sem dúvida. Hoje o nosso processo é integrar o varejo físico e o varejo digital. O projeto é utilizar essas ferramentas de complementaridade porque os dois canais se complementam e de maneira alguma eles concorrem porque a gente tem o mesmo preço e a mesma política.

Agora falando sobre Minas Gerais, quais os planos para o Estado?

Já temos um bom número de lojas em Minas Gerais. Mas tem várias cidades que a gente está prospectando. Temos oportunidades no Sul de Minas e já estamos negociando uma loja em Poços de Caldas. Também já temos data prevista para inaugurar uma loja em Divinópolis (região Centro-Oeste do Estado), e buscando outras oportunidades também na Grande BH. Teremos até no final de ano, com certeza, no mínimo, mais dez lojas em Minas Gerais.

A Usaflex nasce como uma indústria, hoje a produção é totalmente verticalizada?

Sim. Temos plantas industriais em três cidades, a matriz da empresa é em Igrejinha, no Rio Grande do Sul, e as outras cidades estão no raio de 50 quilômetros. Só terceirizamos a produção de bolsas e acessórios que não estão no nosso *core*.

Infelizmente não podemos deixar de falar sobre os eventos climáticos extremoslá do Rio Grande do Sul. Como isso impactou a produção e como a Usaflex lida com essa situação lá no estado em relação à sustentabilidade?

A gente vem trabalhando com força nisso. Já temos o selo de origem sustentável, com o tratamento de 100% dos nossos resíduos industriais. Estamos trazendo para a rede de franqueados várias ações em termos de sustentabilidade como reaproveitamento de embalagens e embalagens mais sustentáveis. Lançamos até uma linha de produtos sustentáveis, oriundos de reciclagem de pet que vira tecido para fazer detalhes dos sapatos. A questão da sustentabilidade não pode estar ausente da estratégia de nenhuma empresa nos dias de hoje.

Sobre a questão da tragédia que aconteceu no Rio Grande do Sul, sofremos muito com a região. A cidade de Igrejinha foi alagada e a água chegou muito próximo da nossa indústria, mas não fomos atingidos e nem tivemos prejuízo. Diversas famílias de funcionários nossos, porém, perderam casas, automóveis e outros bens. Isso motivou uma grande campanha que fizemos e, graças a Deus, com a colaboração de fornecedores, franqueados e com o apoio da indústria, conseguimos comprar muito do que foi perdido pelos nossos funcionários. Entregamos desde colchões até eletrodomésticos, como geladeira e fogão.

Também oferecemos férias coletivas por duas semanas para os nossos funcionários, até para que eles pudessem cuidar das suas casas e famílias.

Falamos muito de Brasil. E para fora do Brasil, quais são os planos?

Da mesma forma como nós temos a franquia aqui no País, nós temos para fora do Brasil as lojas licenciadas. Temos contrato de licenciamento com a loja exatamente igual. Já temos 24 lojas fora do Brasil nesse modelo, a maioria na América Latina, mas já temos uma loja em Israel. Agora estamos prospectando na Europa e já inauguramos a primeira loja nos Estados Unidos. Pretendemos até o final deste ano chegar a 30 lojas licenciadas fora do Brasil. É um processo de expansão que tem espaço para crescer.

Tanto os produtos de moda como os calçados brasileiros são muito bem quistos na Europa, que, talvez, seja o mercado mais exigente inclusive do ponto de vista do ESG.

Exato. O mercado europeu valoriza muito o sapato em couro e como a Usaflex é uma empresa que só utiliza couro no seu processo de fabricação de sapatos, tem espaço no exterior. A Europa valoriza muito *design* também, a gente tem investido muito nesse quesito. Aliamos moda e beleza ao conforto. Hoje todos os licenciados são nativos porque eles são, via de regra, alguém que já era distribuidor da marca naquele país. A gente já exporta cerca de 8% a 9% da nossa produção.

CAPITALISMO CONSCIENTE

LAURA TORRES

Relações-Públicas, pós-graduada em Comunicação e Marketing, cofundadora da Gestores de Sonhos e conselheira da filial Regional do Capitalismo Consciente em Belo Horizonte. Redes sociais: Instagram: @lauratorresbh e LinkedIn: https://www.linkedin.com/in/gestoresdesonhoslaura/

Confiança e lucratividade: uma relação necessária

Em tempos de extrema instabilidade e, diga-se, nada indica que esse contexto vai se atenuar, não basta somente oferecer um bom produto ou serviço. Empresas precisam conquistar o coração dos seus clientes.

A impressão que temos é que consumidores, em todos os níveis, têm um controle remoto nas mãos. Ao menor sinal de insatisfação ou inadequação, basta apertar um botão e, por conta dessa simples e instantânea decisão, negócios podem desaparecer do mapa em um piscar de olhos.

Nesse sentido, pode-se afirmar com segurança que as empresas precisam construir, cultivar e manter laços de confiança com todos os seus públicos. Quando bem estabelecida, a confiança tem o poder de gerar relações sólidas, comunicação transparente e fortalecimento de vínculos.

Portanto, não é nenhum absurdo afirmar que, para serem lucrativas e sustentáveis, empresas precisam tornar-se, acima de tudo, confiáveis.

Quando os clientes confiam em uma empresa, eles tendem a comprar mais de seus produtos ou serviços. Eles também são mais propensos a se tornarem clientes fiéis e a recomendar a empresa a outros. Isso, por sua vez, gera um ciclo virtuoso de prosperidade e sustentabilidade ao negócio.

Da mesma forma, quando os funcionários confiam na empresa em que trabalham, tornam-se mais propensos a se sentir engajados e motivados, o que certamente levará a um aumento de produtividade. Essa mesma lógica se aplica à fornecedores e investidores, igualmente mais propensos a fazer negócios com empresas nas quais confiam.

No entanto, sabemos que a confiança não é algo que se constrói da noite para o dia. Leva tempo para se estabelecer, sendo necessárias ações consistentes e transparentes ao longo do tempo.

O capitalismo consciente apresenta-se como um caminho seguro para essa construção. Trata-se de um modelo de negócios que enfatiza a criação de valor para todas as partes interessadas - clientes, funcionários, fornecedores, investidores e a sociedade em geral. Ele se baseia na premissa de que as empresas têm uma responsabilidade maior do que apenas gerar lucros, devendo também contribuir positivamente para a sociedade.

Os quatro pilares do capitalismo consciente são propósito maior, liderança consciente, cultura consciente e orientação para *stakeholders*. Esses pilares são a pedra fundamental do capitalismo consciente e servem de bússola para que empresas promovam um ambiente empresarial mais ético, justo e sustentável.

Por conta disso, empresas que adotam o capitalismo consciente como uma estratégia de fazer negócios são mais propensas a ganhar a lealdade e o apoio de longo prazo de seus *stakeholders*, o que certamente levará ao sucesso empresarial e a resultados sustentáveis, tendo o lucro como uma consequência natural e não um fim em si mesmo.

Em conclusão, as empresas que praticam as bases do capitalismo consciente conseguem cultivar a confiança com todos os seus *stakeholders* estão mais propensas a serem bem-sucedidas e lucrativas a longo prazo. Portanto, a confiança é a chave e o capitalismo consciente se apresenta como o caminho mais indicado para essa construção.%

Governo de Minas lança guia de exportação

% INTERNACIONALIZAÇÃO Proposta do documento é apoiar empresas e entidades de classe

Com o objetivo de facilitar o acesso dos setores produtivos à internacionalização dos bens e serviços mineiros, bem como impulsionar a geração de empregos e renda no Estado, o governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), elaborou o guia "Nos Trilhos da Exportação".

O guia é embasado na "Política de Promoção de Exportações e Comércio Exterior", sob responsabilidade da Sede-MG, e conduzida pela Subsecretaria de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas (Subinvest). A ideia é apoiar empresas, entidades de classe, cooperativas, universidades e outros importantes atores do sistema de desenvolvimento econômico mineiro na pauta de exportação e importação de produtos.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, destaca a importância do guia para facilitar o ambiente de negócios e garantir que Minas Gerais avance cada vez mais nas pautas de comércio exterior.

"A necessidade de se adequar aos mercados internacionais e investir em produtos de valor agregado se mostra cada vez mais estratégica para as economias nacionais. Este manual contribui para alcançarmos a desburocratização das operações de comércio exterior, abrindo portas para que os produtores mineiros tenham seus produtos, de excelente qualidade, expostos e reconhecidos no mercado internacional", diz.

"Nos Trilhos da Exportação" - O guia contém 50 páginas e trata de todas as etapas do processo de exportação de produtos mineiros, principalmente para facilitar a jornada do empreendedor que não possui conhecimento sobre como começar a exportar. Temas como classificação de mercadorias, regime tributário e inserção de taxas de exportação também fazem parte do conteúdo.

Papel estratégico - A diretoria de promoção de exportações e comércio exterior possui a competência de coordenar e executar políticas públicas junto aos demais atores do comércio exterior em Minas Gerais. A política possui três focos prioritários: diversificação de mercados compradores e fornecedores dos produtos e das cadeias produtivas mineiras; agregação de valor à pauta exportadora, com a inclusão e fortalecimento das exportações de produtos de valor agregado; e, por último, a melhora do ambiente de mercado interno para o comércio exterior mineiro e o fortalecimento de seu sistema como um todo.

Para o subsecretário de atração de investimentos e cadeias produtivas, Frederico Amaral, o papel que a Sede-MG vem desempenhando, por intermédio da diretoria de promoção de exportações e comércio exterior, favorece a competitividade mineira e traz reconhecimento.

"Desde 2019, foram organizadas seis missões comerciais, a contar com o Uruguai, destino que receberá a comitiva mineira no final deste mês de julho. Outros mercados das demais missões foram a Argentina, Chile e Paraguai. Neste último mercado foram realizadas três edições com foco no setor de alimentos e bebidas. As missões geraram US$1,2 milhão em negociações imediatas e em expectativa de negócios US$ 20,9 milhões", destaca Amaral.

A diretora de promoção de exportações e comércio exterior, Laís Fagundes, complementa dizendo que "as políticas de promoção comercial são um esforço estratégico que tem o objetivo de não apenas promover os produtos e serviços oferecidos pelas empresas mineiras, como também construir e fortalecer a imagem das marcas, estabelecer parcerias estratégicas e criar um ambiente propício para a realização de negócios além das fronteiras nacionais".

De Minas para o mundo - Nos últimos cinco anos, foram intensificadas diversas ações para promover os produtos mineiros em 28 países. Isso incluiu a realização de 22 eventos de capacitação que contaram com 800 empresas e instituições. A Dipex dedicou-se ao atendimento de 16 setores produtivos distintos. Além disso, foram produzidas mais de 80 análises e estudos de mercado para apoiar essas iniciativas.

Foram estabelecidas e consolidadas relações para a promoção internacional de produtos mineiros em diversas embaixadas e consulados brasileiros no exterior, cujos alguns mercados são: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Paraguai, Colômbia, Espanha, França, Portugal, Polônia, Peru, Chile, Israel, Emirados Árabes Unidos, Egito, Marrocos, Estados Unidos, Qatar, Singapura, China, México, Itália, Jordânia, Kuwait, Azerbaijão e Singapura.

O governo de Minas também tem uma articulação próxima com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Correios, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), por meio de seus escritórios comerciais, e outros atores que trabalham com a pauta de promoção comercial. (**Com informações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico) %**

> **"A necessidade de se adequar aos mercados internacionais e investir em produtos de valor agregado se mostra cada vez mais estratégica para as economias nacionais"**
>
> Fernando Passalio

Nos últimos cinco anos, foram intensificadas diversas ações para promover os produtos mineiros em 28 países, além de 22 eventos de capacitação FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

% EDUCAÇÃO

Mensalidades podem ultrapassar R$ 3 mil

LEONARDO MORAIS

O preço das mensalidades de escolas particulares pode superar R$ 3 mil em Belo Horizonte. Com valores que podem variar até 156% em 2024, famílias encaram o desafio de escolher a melhor opção de custo aliada à qualidade no ensino.

Os dados são da pesquisa de Preços das Mensalidades de Escolas Particulares (Ensino Fundamental e Médio), elaborada pelo *site* de pesquisas Mercado Mineiro. No levantamento, referente ao ano de 2024, pesquisadas 35 escolas de diferentes regiões da cidade (veja a lista das 20 mais caras ao final deste texto).

Segundo o administrador do Mercado Mineiro, Feliciano Abreu, essas 35 escolas foram escolhidas para o levantamento por serem as mais populares e conhecidas na Capital. "E deixamos em aberto para novas escolas que queiram entrar", diz ele. Além disso, não foram levantadas as mensalidades de escolas bilíngues, como a Maple Bear, por exemplo.

Instituições da região Centro-Sul de Belo Horizonte foram as que apresentaram os maiores valores. No topo da lista está o Colégio Bernoulli, no bairro Santo Antônio, com mensalidades que podem chegar a R$ 3.444 no ensino médio e R$ 2.604 no fundamental.

Em seguida, o Colégio Magnum, no Nova Floresta, conta com preços que podem chegar a R$ 3.404 no ensino médio e R$ 2.524 no fundamental. O colégio é o que apresenta maior custo da região Nordeste da cidade.

Segundo o levantamento, em 2024, o preço da mensalidade para o sexto ano do ensino fundamental em escolas de Belo Horizonte pode variar 156%, partindo de R$ 1.084 até R$ 2.779. A partir do nono ano, as variações podem chegar a 133%.

Já no ensino médio, as variações podem chegar a 99%. Entre as escolas analisadas, o custo para estudar no primeiro ano pode variar de R$ 1.575 até R$ 3.141. No segundo e no terceiro ano, as diferenças no preço das mensalidades podem chegar a 80% e 88% respectivamente.

20 escolas com as mensalidades mais caras em Belo Horizonte*:

- Colégio Bernoulli (Santo Antônio) – R$ 3.444,00
- Colégio Magnum – R$ 3.404,00
- Colégio Marista Dom Silvério – R$ 3.238,00
- Colégio Santo Antônio – R$ 3.210,97
- Colégio Santo Agostinho - R$ 3.168
- Coleguium Ouro Preto – R$ 3.156,92
- Colégio Santa Dorotéia – R$ 3.046,67
- Colégio Sagrado Coração de Jesus – R$ 2.998,00
- Colégio Loyola – R$ 2.990,00
- Colégio Edna Roriz – R$ 2.871,81
- Colégio Santa Marcelina – R$ 2.862,00
- Coleguium Jaraguá – R$ 2.702,25
- Colégio Método – R$ 2.585,00
- Colégio Logosófico (Funcionários) – R$ 2.496,48
- Colégio Pio XII – R$ 2.452,00
- Colégio Arnaldo – R$ 2.440,00
- Colégio Padre Eustáquio – R$ 2.353,00
- Colégio Batista Mineiro – R$ 2.340,00
- Colégio Chromos Pampulha – R$ 2.329
- Colégio ICJ – R$ 2.125

(*) valores referentes ao 3º ano do ensino médio sem descontos, e somente entre as 35 escolas levantadas pela pesquisa do Mercado Mineiro %

Divino Fogão celebra 40 anos e planeja expansão

ALIMENTAÇÃO **Expectativa da rede de franquias é alcançar a marca de 300 operações no País, sendo 20 em Minas Gerais, até 2027**

LEONARDO LEÃO

A rede Divino Fogão está celebrando 40 anos de atuação no mercado e espera abrir mais 16 unidades no Brasil até o final do ano. Dentre os lançamentos previstos para 2024, está a inauguração de uma franquia em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A cidade ainda poderá receber outra operação da marca nos próximos meses.

Atualmente, a empresa possui 218 pontos de vendas no Brasil, dentre eles, 12 em Minas Gerais. As unidades mineiras estão localizadas em Belo Horizonte, Betim (RMBH), Juiz de Fora (Zona da Mata), além de duas unidades no Triângulo Mineiro, nas cidades de Uberlândia e Uberaba.

A operação mais recente foi inaugurada no último sábado (20), no *shopping* DiamondMall, na região Centro-Sul da capital mineira.

De acordo com o diretor de expansão e operações do Divino Fogão, Emiliano Silva, a expectativa da rede é alcançar a marca de 300 operações no País, sendo 20 no Estado, até 2027.

Segundo ele, a rede vem apresentando um crescimento acima do esperado. Ele explica que esse avanço tem acontecido de forma orgânica, com muitos empresários procurando a empresa para se tornarem parceiros da marca.

Atualmente, a empresa possui 218 pontos de vendas no Brasil, dentre eles, 12 em Minas. A operação mais recente foi inaugurada no último sábado (20), no *shopping* DiamondMall, na região Centro-Sul de Belo Horizonte FOTO: DIVULGAÇÃO / DIVINO FOGÃO

Expansão em Minas Gerais - No caso de Minas, a nova unidade do Divino Fogão prevista para Contagem deve ser instalada no *shopping* Só Marcas Outlet ainda em 2024. A rede também está negociando mais um lançamento em outro *shopping* da cidade para os próximos meses.

Emiliano Silva ressalta que a empresa também conta com outros municípios mineiros no radar, como Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, Ipatinga e outras cidades da região do Vale do Aço. "Nós só não crescemos ainda mais em Minas por falta de franqueados", pontua.

De acordo com Silva, Minas Gerais está entre os cinco estados com mais lojas da marca no País. Ele lembra que a empresa demorou a chegar ao Estado devido ao receio de entrar em uma região marcada pela qualidade da culinária local. "Nós tomamos muito cuidado para entrar em Minas, e acabamos adaptando a nossa comida a muitos pratos mineiros", relata.

Silva ainda explica que o desempenho dessas operações varia conforme a atuação de cada franqueado: quanto mais presente, melhor a performance. Ele garante que nenhuma franquia presente no Estado apresentou prejuízo, e que a rede também nunca precisou fechar uma unidade em Minas. "Todas as lojas em Minas Gerais são rentáveis", garante.

Modelo de negócio do Divino Fogão - As cidades com mais de 250 mil habitantes são consideradas as mais aptas a receberem uma operação do Divino Fogão. No entanto, o diretor de expansão e operações da rede, Emiliano Silva, pontua que a empresa também possui operações em municípios menores. Quanto ao perfil de franqueados, Silva destaca a forte presença de familiares no negócio, além do crescimento no número de mulheres parceiras da marca.

O custo médio para montar uma loja da marca é de R$ 980 mil. A taxa média de franquia é de R$ 80 mil e de *royalties*, 4%. De acordo com Silva, essas unidades possuem, em média, R$ 50 mil de capital de giro. Já o faturamento médio dessas operações é de R$ 217 mil, com rentabilidade média de 17% e tempo médio de retorno do investimento de 36 meses.

> **"Nós tomamos muito cuidado para entrar em Minas, e acabamos adaptando a nossa comida a muitos pratos mineiros"**
> Emiliano Silva

FARMÁCIA

Governador Valadares terá unidade da Drogaria Araujo

Nova operação faz parte do plano de expansão da rede que, atualmente, possui mais de 320 lojas e espera fechar o ano com 340 unidades no Estado FOTO: DIONE AS / DIÁRIO DO COMÉRCIO

LEONARDO LEÃO

A Drogaria Araujo irá inaugurar na próxima sexta-feira (26) a primeira unidade em Governador Valadares, na região do Vale do Rio Doce. A nova operação faz parte do plano de expansão da rede que, atualmente, possui mais de 320 lojas e espera fechar o ano com 340 unidades em Minas Gerais.

A nova filial da marca está localizada na rua Marechal Floriano, no centro da cidade. Governador Valadares é considerada uma cidade-chave para a rede varejista, por ser um importante polo agropecuário, industrial, de extração de madeiras e de pedras semipreciosas; além de possuir cerca de 260 mil habitantes.

Essa loja terá por volta de 35 funcionários, entre vendedores, repositores, caixa, farmacêutico, gerente e subgerente.

Além disso, a nova unidade terá mais de 22 mil itens disponíveis para os consumidores e mais o Espaço Mais Sabor, onde as pessoas podem fazer pequenas refeições no local. A primeira operação da marca no município contará ainda com serviços digitais especiais, com o objetivo de proporcionar mais comodidade e praticidade aos clientes locais.

Demanda crescente - De acordo com o gerente de expansão e novos negócios da Drogaria Araujo, Alexandre Costa, a operação reforça o plano da empresa de ampliar a cobertura para fora dos limites de Belo Horizonte, atendendo um novo público em uma importante região do Estado. Ele também ressalta o fato de a empresa estar próxima de atingir 40% das inaugurações previstas no plano de expansão em Minas.

"Como Governador Valadares é um importante polo econômico na região do Vale do Rio Doce e tem uma diversificada base econômica que contribui significativamente para o desenvolvimento não apenas local, mas também regional e estadual, todo esse potencial nos conduziu a reforçar nossa marca lançando esta unidade na cidade. Esperamos que seja a primeira de muitas", diz.

Para Costa, a presença da Araujo na cidade deverá não apenas suprir uma demanda por serviços farmacêuticos de qualidade, como também contribuir para o desenvolvimento econômico local ao gerar novos empregos, o que movimenta a economia da região.

O presidente da rede Drogaria Araujo, Modesto Araujo Neto, destaca a relevância de Governador Valadares para os mineiros e ainda reforça a importância dessa inauguração para os planos da empresa de expandir sua atuação em Minas Gerais. Vale lembrar que a *drugstore* mineira espera investir cerca de R$ 150 milhões em seu plano estratégico de expansão neste ano.

Interior do Estado - "Ao avançar para o interior de Minas Gerais, a Araujo está não apenas ampliando sua presença geográfica, mas também alcançando novos mercados consumidores", destaca Costa.

Segundo ele, essa expansão para o interior é crucial para que a rede possa atender a essa demanda crescente por serviços farmacêuticos de qualidade fora da capital mineira e da região metropolitana. "Isso não só facilita o acesso da população local a produtos farmacêuticos essenciais com procedência garantida, mas também promove a educação em saúde e a conscientização sobre bem-estar e qualidade de vida", frisa.

Confira a lista de inaugurações da Araujo realizadas em 2024:

- Belo Horizonte;
- Contagem;
- Santa Luzia;
- Esmeraldas;
- Lagoa Santa;
- Ipatinga;
- João Monlevade;
- Curvelo;
- Ponte Nova;
- Patrocínio;
- Três Corações.

Considerando o fato de que, nas cidades do interior, as farmácias sempre representaram um importante apoio à população, a rede também irá oferecer na nova filial o Saúde em Dia, clínica farmacêutica que disponibiliza uma série de serviços como aferição de pressão, testes rápidos, aplicação de brincos e acompanhamento da saúde dos clientes.

CONJUNTURA

Empresário industrial brasileiro está menos confiante

CNI Em junho, 11 setores foram identificados com falta de confiança, maior número desde outubro de 2023

MARA BIANCHETTI, Editora

Os resultados setoriais do Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) de junho de 2024 foram majoritariamente negativos. A confiança recuou em 19 de 29 setores da indústria e nas indústrias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e na divisão por porte, o índice recuou nas grandes empresas. O levantamento é da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No mês, 11 setores da indústria foram classificados com falta de confiança, o maior número desde outubro de 2023, quando 14 setores industriais registravam falta de confiança.

As pequenas indústrias seguem registrando falta de confiança, enquanto as médias e grandes estão confiantes, com resultados de 49,7; 51,5 e 52,5, respectivamente.

De forma detalhada, a confiança da indústria caiu em 19 das 29 áreas pesquisadas em junho e aumentou nos 10 setores restantes. Com isso, seis setores da indústria migraram da confiança para a falta de confiança. Foram eles:

- Produtos de metal;
- Vestuário e acessórios;
- Metalurgia;
- Celulose e papel;
- Máquinas e equipamentos;
- Biocombustíveis.

Outros três setores da indústria fizeram a transição contrária, da falta de confiança para a confiança. Foram eles: Impressão e reprodução; Calçados e suas partes; e Móveis.

Seis setores da indústria migraram da confiança para a falta dela, entre eles o de vestuário e acessórios FOTO: DIVULGAÇÃO / COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES

Assim, no mês, 17 setores da indústria registraram confiança, 11 apuraram falta de confiança e um setor se manteve neutro, sem confiança, nem falta dela.

No mesmo período, a confiança da indústria caiu 1 ponto nas grandes empresas, registrou leve avanço nas médias empresas (0,5 ponto) e ficou praticamente estável nas pequenas empresas (-0,2 ponto).

Já sobre as regiões, a confiança da indústria recuou nas regiões Norte (-1,5 ponto), CentroOeste (-0,9) e Nordeste (-0,6 ponto). No Sudeste ficou praticamente estável (-0,1 ponto) e no Sul teve leve avanço (0,5 ponto).

Rio Grande do Sul – Com exceção da região Sul, as indústrias de todas as demais regiões do Brasil estão confiantes. Apesar do leve avanço em junho, a indústria da região Sul segue registrando falta de confiança, pelo segundo mês consecutivo, após as enchentes que atingiram o estado gaúcho em maio.

Conforme a CNI, a alta da confiança na região deve-se a uma melhora das expectativas para a empresa, uma vez que a expectativa com relação à economia brasileira seguiu estável no nível pessimista. Ao mesmo tempo, a avaliação das condições atuais continuou piorando, tanto a avaliação acerca da economia brasileira quanto a avaliação da própria empresa.

> **"A confiança da indústria caiu em 19 das 29 áreas pesquisadas em junho e aumentou nos 10 setores restantes. Com isso, seis setores da indústria migraram da confiança para a falta de confiança."**

VAREJO

Dia dos Namorados impulsiona fluxo e vendas

O mês de junho trouxe resultados positivos para o varejo brasileiro. Impulsionado pelo Dia dos Namorados, o fluxo de visitação nas lojas de *shopping* aumentou 10%, enquanto as lojas de rua registraram um crescimento de 6% em relação ao mês anterior - período que já havia sido impactado devido ao efeito sazonal do "Dia das Mães".

Já na comparação com junho de 2023, a única exceção aconteceu nas lojas físicas de rua, que apresentaram queda de 2% no período, enquanto aquelas situadas dentro dos *shopping centers*, cresceram 3% em fluxo. O faturamento geral subiu 9%, com destaque para a região Sul, que liderou o crescimento tanto em visitas quanto em vendas.

Os dados são parte do Índice de Performance do Varejo (IPV), pesquisa organizada pelo *venture capital* HiPartners Capital & Work, em parceria com a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC).

Dia dos Namorados - O Dia dos Namorados de 2024 registrou aumento de 12% no fluxo de consumidores em lojas físicas e de 8% em *shopping centers* na comparação com 2023. As vendas e o faturamento também tiveram performance melhor do que no ano anterior, ambos com crescimento de 4% e 16%, respectivamente.

Data registrou aumento de 12% no volume de consumidores em lojas físicas e de 8% em *shoppings* frente a 2023 FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

E na comparação do evento dentro do próprio mês de junho deste ano, o resultado não foi diferente: lojas de *malls* tiveram crescimento de 6%, enquanto as situadas na rua registraram alta de 10,5% em relação à semana anterior ao evento. Houve ainda uma correlação positiva entre fluxo de visitas, vendas e faturamento: as lojas de rua, por exemplo, tiveram alta de 56% no faturamento no mesmo período comparativo.

"Esse movimento pode indicar que os varejistas estão se preparando mais para aproveitar as datas comemorativas. Apesar da concorrência do varejo *on-line*, o fluxo de visitantes nas lojas físicas aumentou 2% no mês, com destaque para um crescimento de 10% nos *shoppings* e 6% nas lojas de rua, na comparação com maio. A disponibilidade imediata dos produtos pode ter estimulado esse crescimento, especialmente para as compras de última hora. O cenário segue positivo, com boas expectativas para o Dia dos Pais", afirma Henrique Carbonell, CEO da F360, plataforma de gestão financeira responsável por originar os dados de vendas e faturamento do índice.

No que diz respeito ao faturamento, o Brasil registrou aumento de 9% em relação a junho de 2023. Regionalmente, o Sul se destacou tanto em fluxo quanto em volume financeiro. E apesar do faturamento ter sido 10% maior nas lojas de rua no período, o fluxo nestes estabelecimentos caiu 2%. Porém, o crescimento de 7%, no tíquete médio, exclusivamente neste tipo de loja, pode explicar esse fenômeno.

Lojas físicas têm bons resultados

Regionalmente, o fluxo de visitação em lojas físicas mostrou-se positivo em todas as regiões do Brasil, com exceção do Nordeste (-3%). Destacando-se, a região Sul, com aumento de 13% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Crescimento que não foi diferente para faturamento e vendas, registrando 18% e 14%, respectivamente.

Ambos indicadores tiveram alta em todos os segmentos analisados na comparação com 2023. Com destaque para "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos", cujo fluxo cresceu significativamente, sendo 51% maior do que no ano passado, com desempenho destacado, muito atrelado à categoria ser diretamente relacionada na escolha de presenteáveis no Dia dos Namorados.

"De modo geral, o varejo restrito manteve crescimento pelo quinto mês consecutivo, segundo a PMC, alcançando um desempenho além das expectativas do mercado. Esse avanço reflete o fortalecimento do consumo das famílias, sustentado por um mercado de trabalho aquecido e aumento da renda. Setores como hiper e supermercados, além de tecidos e vestuários, mostraram performance robusta, beneficiados por esses fatores econômicos positivos. Por outro lado, segmentos mais sensíveis ao crédito, enfrentaram dificuldades, impactados por taxas de juros ainda elevadas. No varejo ampliado, embora tenha havido crescimento, alguns setores foram prejudicados por condições climáticas adversas e um ambiente econômico que ainda não favorece grandes investimentos, demonstrando a complexidade do cenário atual", comenta Eduardo Terra, Presidente da SBVC e Sócio da HiPartners

TCU pagará R$ 1,12 bi de penduricalho retroativo

SERVIÇO PÚBLICO Sindilegis ganha ação judicial para incorporação salarial de adicional

Brasília - O Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu uma notificação para incorporar ao salário de parte de seus servidores um penduricalho relativo aos anos 90 cujo retroativo está estimado, atualmente, em R$ 1,12 bilhão.

A ação judicial movida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) foi conduzida pelo escritório de advocacia do atual governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), com honorários de 10% da causa, ou seja, R$ 112 milhões.

O penduricalho bilionário do TCU teve origem na antiga regra segundo a qual servidores públicos incorporavam ao salário um determinado valor - "quintos" e "décimos" - por ano em que exerciam funções comissionadas, ou seja, de chefia.

A Advocacia-Geral da União (AGU), que é o órgão responsável pela defesa jurídica dos interesses da União e, mais especificamente, do Poder Executivo, enviou recentemente ao TCU um parecer de força executória sobre o caso.

No documento, a AGU informa ao tribunal a série de reveses judiciais da União na ação movida pelo sindicato dos servidores e diz que, diante da inexistência de recurso com efeito suspensivo automático, seria preciso incorporar já na folha de pagamento de julho valores referentes a quintos salariais de servidores que exerceram função de chefia entre abril de 1998 e setembro de 2001.

Precatório - De acordo com o Sindilegis, cerca de 400 funcionários do TCU serão beneficiados imediatamente com a decisão. Os valores retroativos pelos mais de 20 anos decorridos, que beneficiariam mais de 1.000 servidores e ex-servidores, deverão ser pagos pela União por meio de precatório (reconhecimento oficial da dívida, pelo Estado), diz a AGU no parecer.

A AGU disse que o valor retroativo cobrado pelo Sindilegis está estimado em R$ 1,12 bilhão, em valores atualizados.

O sindicato afirmou que no momento da liberação desse precatório serão pagos honorários de 10% ao escritório fundado por Ibaneis. O governador está licenciado da atividade privada devido à sua função pública.

A AGU afirmou ainda que todas as medidas judiciais estão sendo tomadas contra a demanda do Sindilegis. Diz ainda que a demanda pelos quintos salariais dos anos 90 e início de 2000 estão presentes em outros órgãos da administração pública, em ações coletivas nos moldes da movida pelo Sindilegis.

Em nota, a presidência do TCU disse ter sido informada da decisão judicial desfavorável à corte, mas que a consultoria jurídica do tribunal iria avaliar a decisão e discutir com a AGU outros recursos processuais. "No momento, não há decisão do TCU sobre os pagamentos", ressaltou.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a regra que previa a incorporação dos quintos aos salários foi extinta, mas controvérsias em torno de medidas provisórias que trataram do tema geraram uma disputa judicial sobre o direito a esse acréscimo relativo ao período de abril de 1998 a setembro de 2001. **(Ranier Bragon/Folhapress)**

O TCU foi notificado para incorporar ao salário de parte dos servidores um penduricalho de funções comissionadas, relativo aos anos 90 FOTO: VALTER CAMPANATO / AGÊNCIA BRASIL

> **"A AGU informou ao TCU que será preciso incorporar já na folha de julho os quintos salariais de servidores que exerceram função de chefia entre 1998 e 2001"**

Direito a quintos provocou disputa entre AGU e sindicato

Brasília - No início dos anos 2000 o TCU considerou devida a incorporação dos quintos relativos a esse intervalo, o que levou vários órgãos da administração pública a elevar o salário dos servidores que exerceram cargo de chefia nesses anos, mas em relação aos servidores do próprio tribunal o pagamento não ocorreu e resultou em uma disputa judicial entre AGU e Sindilegis.

A União foi derrotada em primeira e segunda instâncias e também nos recursos apresentados nos tribunais superiores e o caso transitou em julgado, sem possibilidade de novos recursos, em 2017.

Ocorre que, dois anos antes da conclusão desse julgamento, em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) havia considerado inconstitucional a incorporação dos quintos no período solicitado.

Após recursos, a mais alta corte do País modulou sua decisão em 2019, excluindo do seu escopo casos em que já houvesse decisão judicial transitada em julgado.

O litígio entre AGU e Sindilegis, então, voltou para a primeira instância em 2020 para a execução da sentença. A União prosseguiu na tentativa de bloquear a medida argumentando, entre outros pontos, que o trânsito em julgado da decisão ocorreu dois anos depois de o STF considerar ilegal a incorporação dos quintos.

A 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal negou o pleito da AGU, com base na modulação da decisão do STF de 2019, o que resultou na notificação ao TCU.

O presidente do Sindilegis, Alison Souza, defendeu a ação, embora afirme que, no mérito, é contra a incorporação dos quintos. "Em relação a esse processo judicial, não tem o que dizer porque é cumprimento de lei. A regra do jogo era aquela naquela época e os servidores têm o direito de receber", afirmou. **(Ranier Bragon/Folhapress)**

PREVIDÊNCIA

CJF libera R$ 2,38 bi para quitação de RPVs

São Paulo - O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos tribunais regionais federais (TRFs) mais de R$ 2,38 bilhões para o pagamento de atrasados a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O valor será repassado a quem venceu ações contra o órgão previdenciário para que houvesse a concessão ou a revisão de benefício como aposentadoria, auxílio-doença, pensão de morte e outros.

As quantias serão para pagar as requisições de pequeno valor (RPVs) de até 60 salários mínimos, que equivale a R$ 84.720 neste ano, a 150,7 mil segurados em mais de 114,6 mil processos que tiveram o pagamento determinado pelos juízes em junho de 2024.

O CJF afirma que cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados. Com relação ao dia em que os valores serão efetivamente liberados para saque, o credor deverá consultar o *site* do TRF de sua região.

A previsão é que o pagamento ocorra em até duas semanas após o início do processamento, que é a etapa na qual se abrem contas na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil em nome dos segurados ou de seus advogados.

As RPVs são ações com valores de até 60 salários mínimos. Elas têm o pagamento feito de forma mais rápida, em até dois meses após a ordem do juiz, etapa chamada de autuação. Com isso, quando um cidadão tem o atrasado liberado em maio, por exemplo, o pagamento deve ser feito até julho, conforme diz a lei.

Além das ações previdenciárias, o CJF liberou valores para o pagamento de outros processos, que envolvem, por exemplo, ações de servidores públicos contra a União por cobrança de verbas salariais. Ao todo, foram liberados R$ 2,73 bilhões para quitar dívidas do governo em 181,5 mil processos, com 227,3 beneficiários.

O dinheiro é pago mensalmente pelo governo federal ao Conselho da Justiça Federal, que destina os valores aos TRFs de todo o País. Cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos.

Para saber quando irá receber, o segurado que tem uma ação contra a Previdência pode fazer a consulta no site do tribunal responsável pelo caso. A consulta é feita pelo CPF ou pela OAB do advogado. É preciso que a RPV tenha sido liberada em uma data do mês de maio. **(Folhapress)**

DIREITO PARA PEQUENOS NEGÓCIOS

CONRADO DI MAMBRO OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Apoio Jurídico às Micro e Pequenas Empresas da OAB/MG

Requisitos legais do contrato de estágio

Por lei, o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação e ensino.

O estágio não cria vínculo empregatício, sendo indispensável, para tanto, a matrícula e a frequência regulares do educando, a celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino e a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. O estágio deverá ter ainda acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente.

A parte concedente do estágio deve observar as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até dez estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais;

V – no desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

A jornada de trabalho do estagiário não pode ultrapassar quatro horas diárias e 20 horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; ou seis horas diárias e 30 horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

Em regra, a duração do estágio não poderá exceder dois anos, e o estagiário poderá receber bolsa, sendo compulsória a sua concessão e também do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

É assegurado ao estagiário período de recesso de 30 dias, que será proporcional quando se tratar de estágio com duração inferior a um ano. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

FINANÇAS

FINANÇAS EM FOCO

LORENA LAGE
CEO e cofundadora da L&O Advogados

Criatividade no direito para gerar inovação

Quando o assunto é criatividade, o que vem em mente de imediato são as expressões artísticas ou de completo caráter inovativo. Mas, a criatividade vai muito além disso. É a forma de transformar novas e originais ideias em realidade, ainda que não reinventem completamente a forma por meio do qual as coisas são realizadas. É a capacidade que as pessoas têm de ver o mundo de formas diferentes e gerar novas soluções. Portanto, sem criatividade, não há inovação.

A criatividade também está presente nas ideias inovadoras no mundo dos negócios, originando novos produtos, novos serviços e proporcionando a virada de chave de inúmeras marcas. É preciso incentivar a inovação como ferramenta essencial na resolução de desafios globais. Especialmente, em uma área tão tradicionalista e morosa como o jurídico.

É assim que se cria um novo mercado. A partir de uma inconformidade em relação ao formato tradicional da advocacia, nosso escritório inovou ao escolher atuar exclusivamente com preventivo jurídico, antecipando problemas, evitando despesas para os clientes e amenizando ou, até mesmo, eliminando riscos desnecessários para *startups* e empresas inovadoras.

No entanto, ao direcionar nosso foco para negócios disruptivos, encontramos também desafios em um mercado volátil e de rápido escalonamento. Isso nos desafiou a formatar um modelo diferente de atendimento e que não fosse engessado, como a grande maioria do nosso setor. Ao analisar outros mercados, identificamos formatos de planos por horas para prestação de serviços. Percebemos que esse era um modelo diferente do tradicional formato jurídico em que se paga um valor fixo mensal por uma assessoria.

Inspirados nas *softwares houses*, verificamos planos de acordo com o número de horas que mais se encaixavam para o momento de uma *startup* ou negócio iniciante que costuma ter demandas jurídicas pontuais e nem sempre recorrentes. O modelo tradicional de atendimento jurídico é frustrante para empresas que acabaram de nascer e buscam ascensão, o que, normalmente, por estarem com recursos enxutos, tendem a desistir da assessoria jurídica.

Encontrar esse novo modelo, aprendendo com outra área e permitindo a reinvenção do nosso mercado, foi uma virada de chave para agilizar e resolver problemas com *know how* jurídico aliado ao *business* e à tecnologia.

As *startups* e empresas inovadoras optam por um plano de horas que condiz com a realidade do momento e as utilizam de acordo com o que efetivamente for demandado pela empresa, eliminando aquele sentimento negativo de pagar mensalmente para um escritório de advocacia em meses e períodos em que não há a utilização.

BNB libera R$ 1,6 bilhão para agropecuária em MG

CRÉDITO Operações fechadas de julho de 2023 a junho deste ano criaram 47 mil empregos

LEONARDO LEÃO

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) liberou cerca de R$ 1,6 bilhão em crédito para a produção agropecuária em Minas Gerais, via Plano Safra 2023/2024. De acordo com levantamento do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), esse montante gerou 47 mil empregos no Estado.

O BNB destinou recursos tanto para agricultura empresarial quanto familiar no período entre julho de 2023 a junho deste ano. Esses valores se reverteram em R$ 2,0 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP), que reflete o impacto positivo no faturamento que os produtores têm em seus negócios, conforme explica o economista e gerente executivo do Etene, Allisson Martins.

Ele destaca que o crédito do Banco do Nordeste, pela sua característica de desenvolvimento, promove uma série de efeitos catalisadores na economia. O crédito liberado pelo BNB também acarretou na elevação da massa salarial, para R$ 342 milhões, e na arrecadação de tributos em Minas Gerais, subindo para R$ 132,8 milhões.

> **“A pecuária foi a atividade que mais contratou recursos do Plano Safra em Minas Gerais por meio de operações do Banco do Nordeste, com mais de R$ 1 bilhão”**

O BNB destinou recursos para agricultores familiares e grandes produtores FOTO: DIVULGAÇÃO / SEAPA-MG

Dentre as diferentes atividades do setor, a pecuária foi a que mais contratou recursos do Plano Safra em Minas Gerais, com mais de R$ 1 bilhão. Os retornos econômicos para o Estado, segundo estimativas do Etene, foram cerca de 40 mil postos de trabalho impactados, que mobilizaram R$ 216,8 milhões em salários e R$ 97,4 milhões em tributos.

O VBP da pecuária foi de R$ 1,3 bilhão. A atividade representa mais de 65% de toda a movimentação financeira do setor agropecuário, na comparação com o VPB do Plano Safra em todo Estado.

As aplicações do Banco do Nordeste no Plano Safra 23/24 se refletiram na geração ou manutenção de 1,5 milhão de empregos na área de atuação da instituição, em âmbito nacional.

Além disso, o crédito liberado também proporcionou o aumento de R$ 6,3 bilhões na massa salarial, incremento de R$ 2,7 bilhões na arrecadação tributária, de R$ 39,9 bilhões no valor bruto da produção e de R$ 23,3 bilhões no valor adicionado à economia.

Esses impactos foram calculados pelo Etene sobre os R$ 20 bilhões liberados pelo BNB entre julho do ano passado e junho de 2024, tanto para agricultura empresarial quanto para familiar.

PRIVATIZAÇÃO

Venda de ações da Sabesp rende R$ 14,7 bi

São Paulo - O Estado de São Paulo levantou R$ 14,77 bilhões com a venda de ações da Sabesp, uma oferta executada ao preço de R$ 67 por papel e que marcou a privatização da maior companhia de saneamento do Brasil.

A operação reuniu 17.572 investidores pessoa física que compraram 21.876.433 ações da empresa. A oferta contou ainda com 390 investidores estrangeiros que adquiriram 43.292.772 ações da empresa e 1.007 fundos de investimentos que ficaram com 38.492.273 papeis.

No total, a venda das ações da Sabesp envolveu 220.470.00 papéis, incluindo cerca de R$ 28,8 milhões em lote suplementar.

A Equatorial Energia, que até então atuava em saneamento apenas por meio de uma pequena operação no Amapá, tornou-se investidor estratégico da Sabesp no fim de junho sem enfrentar concorrência, ficando com fatia de 15% na companhia em um investimento de cerca de R$ 7 bilhões.

Em pronunciamento durante a cerimônia, o presidente da Equatorial, Augusto Miranda, procurou rebater críticas que afirmam que a empresa não tem expertise no setor. “Trazemos ampla experiência em operação de ativos de infraestrutura”, afirmou.

O executivo citou que a Equatorial tem atualmente 34 milhões de clientes em 15 Estados do país, tendo investido no ano passado 11 bilhões de reais.

“Iremos somar esforços na melhoria da gestão”, afirmou o executivo sobre a nova governança da Sabesp, anteriormente controlada pelo Estado de São Paulo, que detinha uma participação de 50,3% na empresa e passou a 18,3% após a privatização.

Com a aquisição das ações, a Equatorial poderá escolher o presidente-executivo da companhia e terá direito a três representantes no conselho de administração. O Estado terá outros três e o colegiado da Sabesp será ainda formado por mais três conselheiros independentes.

O presidente-executivo da Sabesp, Andre Salcedo, oriundo da Iguá Saneamento, afirmou que a entrada da Equatorial como investidor estratégico na companhia vai “trazer alavanca para acelerar ganhos de eficiência e eficiência de investimento”.

Segundo ele, a Sabesp tem um plano de investimento de R$ 70 bilhões para cumprir em cinco anos, diante das metas de universalização de água e esgoto em cerca de 370 cidades do Estado.

E rebatendo críticas sobre o processo, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, lembrou que, para se tornar investidor estratégico, a Equatorial aceitou uma obrigação de manter as ações adquiridas da Sabesp até 2030 “e abriu mão do controle”, algo que afastou outros potenciais interessados.

Em junho, a Reuters publicou que a Aegea estava interessada na privatização da Sabesp.

Questionado por jornalistas sobre o destino dos R$ 14,8 bilhões levantados com a venda das ações da Sabesp, Freitas afirmou que 4,4 bilhões de reais serão destinados a um fundo de universalização que servirá para subsidiar parte das tarifas dos consumidores nos próximos anos e o restante para investimentos em projetos em andamento no Estado. Ele não deu detalhes, mas citou áreas como rodovias e ferrovias.

Segundo a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Natalia Resende, em 2026 passa a valer um novo ciclo de revisão tarifária no Estado que será acompanhado pela agência reguladora estadual Arsesp e será baseado nos investimentos realizados pela Sabesp.

“A Sabesp vai encaminhar para a Arsesp, que vai verificar a execução e enviar para o conselho de orientação do fundo de universalização quanto será necessário para ficar abaixo da tarifa estatal”, afirmou. **(Reuters)**

Tarifas serão reduzidas, diz governo

São Paulo - Com a privatização da Sabesp, entrou em vigor ontem um novo contrato de concessão em que haverá a aplicação de um novo conjunto tarifário, com redução de 1% para residências, 0,5% para comércio e indústria e 10% para famílias de baixa renda atendidas pelas chamadas “tarifa social” e “tarifa vulnerável”, um público de formado por cerca de 1,3 milhão de pessoas, afirmou o governo estadual.

“Agora a Sabesp está livre para trabalhar no biogás e no biometano, água de reuso, tratamento de efluentes não domésticos”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas, citando travas que impediam a empresa de atuar nesses segmentos enquanto empresa pública.

Freitas ainda afirmou que a companhia está “livre para avançar em resíduos sólidos e autoprodução de energia, para avançar no território brasileiro e latino-americano”.

A privatização da Sabesp era um tema que vinha circulando no mercado há anos, começando a acelerar durante a gestão do ex-governador João Doria, que não cumpriu promessa de despoluição do rio Pinheiros, um dos grandes rios que cruzam a capital paulista.

Quando assumiu o governo paulista, Freitas lançou um plano para despoluição do rio Tietê, que cruza o todo o Estado, incluindo a capital.

“Vamos devolver os cartões postais de São Paulo. O rio Tietê vai ser despoluído”, disse o presidente-executivo da Sabesp, Andre Salcedo. Lançado em março do ano passado, o plano de despoluição do rio prevê investimentos de cerca de R$ 23,5 bilhões até 2029. **(Reuters)**

Dólar volta a subir frente ao real

MERCADO Moeda norte-americana se aproxima de R$ 5,60 diante da fuga global de ativos de países emergentes e da cautela dos investidores em relação à política fiscal do governo brasileiro

São Paulo - Após o recuo do dia anterior, o dólar voltou a subir ante o real ontem, se aproximando novamente de R$ 5,60, com a moeda brasileira sendo penalizada pela fuga global de ativos de países emergentes, enquanto no Brasil investidores seguem cautelosos quanto à política fiscal do governo brasileiro.

O dólar à vista encerrou o dia cotado a R$ 5,5875 na venda, em alta de 0,34%. Em julho, a divisa norte-americana acumula leve baixa de 0,06%.Na véspera o dólar havia cedido ante o real, para abaixo dos R$ 5,60, em uma sessão favorável para as moedas de países emergentes como o Brasil.

Por trás do movimento estavam preocupações em torno da economia da China, um dos maiores compradores globais de matérias-primas. O minério de ferro, produto importante da pauta exportadora brasileira, atingiu o menor valor em três meses.

"O dólar abriu para cima, seguindo o exterior, mas passou por um ajuste técnico depois, com exportadores aproveitando para vender moeda. Além disso, o investidor fica um pouco inibido quando a cotação bate nos R$ 5,60 e não monta tanto posição comprada (no sentido de alta da moeda)", avaliou o diretor da assessoria de câmbio FB Capital, Fernando Bergallo.

O governo confirmou a necessidade de congelar R$ 15 bilhões em verbas de ministérios para levar a projeção de déficit primário do governo central em 2024 a R$ 28,8 bilhões, exatamente o limite inferior da margem de tolerância da meta de déficit zero.

"Agora, ou as economias provenientes da revisão dos benefícios fiscais se mostram tão significativas quanto o governo prevê, ou a situação pode se tornar crítica", disse André Galhardo, consultor econômico da Remessa Online, em comentário enviado a clientes.

O dólar fechou a sessão de ontem com cotação de R$ 5,5875 para venda, uma alta de 0,34% na comparação com o dia anterior FOTO: DADO RUVIC / REUTERS

"Um déficit primário acima de R$ 28,8 bilhões, que é o limite do novo arcabouço fiscal, poderia minar a confiança no governo e causar um novo *overshooting* cambial, semelhante ao ocorrido no segundo trimestre do ano", acrescentou.

Bolsa – O Ibovespa fechou em queda ontem, marcando uma mínima em duas semanas abaixo dos 127 mil pontos, com ações do setor de mineração e siderurgia entre as maiores pressões de baixa, enquanto Embraer disparou com notícias e expectativas sobre pedidos.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa cedeu 0,99%, a 126.589,84 pontos, mínima de fechamento desde 8 de julho. Na máxima, chegou a 127.859,63 pontos. Na mínima, a 126.530,02 pontos. O volume financeiro no pregão somou R$ 19,1 bilhões.

De acordo com Gabriel Mollo, analista de investimentos do Banco Daycoval, o Ibovespa sofre dado o peso relevante de ações sensíveis a *commodities* em sua composição, que são penalizadas pela visão de que foi "tímido" o corte de juros na China, onde a economia não tem conseguido engatar um crescimento sólido.

"O mercado esperava cortes mais agressivos", ressaltou o especialista, acrescentando que tal "decepção" pressionava negativamente os preços de matérias-primas como o minério de ferro e o petróleo. As ações da Vale e da Petrobras combinadas respondem por cerca de 25% do Ibovespa.

Dennis Esteves, sócio e advisor da Blue3 Investimentos, destacou que o incômodo com o quadro fiscal brasileiro ainda pesa. "Investidores seguem céticos quanto ao déficit zero", observou. "O congelamento de R$ 15 bilhões é visto como insuficiente", disse. **(Reuters)**

"O dólar abriu para cima, mas passou por um ajuste técnico depois, com exportadores aproveitando para vender moeda. Além disso, o investidor fica um pouco inibido quando a cotação bate nos R$ 5,60 e não monta tanta posição comprada"

Fernando Bergallo

Indicadores Econômicos

Dólar

		23/07/2024	22/07/2024	19/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5850	R$ 5,5690	R$ 5,6030
	VENDA	R$ 5,5860	R$ 5,5700	R$ 5,6040
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5801	R$ 5,5592	R$ 5,5537
	VENDA	R$ 5,5807	R$ 5,5598	R$ 5,5543
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6210	R$ 5,5980	R$ 5,6280
	VENDA	R$ 5,8010	R$ 5,7780	R$ 5,8080

Fonte: BC

Ouro

	23/07/2024	22/07/2024	19/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.409,28	US$ 2.396,48	US$ 2.400,78
BM&F-SP (g)	R$ 431,22	R$ 426,64	R$ 429,52

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

22/07.. US$ 361.261 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80

Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	1,10%	2,45%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	1,87%	2,97%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	1,11%	2,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	2,68%	3,70%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	2,48%	4,23%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	5,06%	6,97%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,796	0,8135
COLON/COSTA RICA	35	0,36	0,3624
COLON/EL SALVADOR	40	0,01043	0,01062
COROA DINAMARQUESA	55	0,8118	0,8119
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04041	0,0405
COROA NORUEGUESA	65	0,5057	0,5059
COROA SUECA	70	0,5184	0,5185
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5192	1,5194
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6929	3,6939
DOLAR/BAHAMAS	155	5,5801	5,5807
DOLAR CANADENSE	165	4,0535	4,0543
DOLAR DA GUIANA	170	0,02652	0,02683
DOLAR CAYMAN	190	6,6828	6,7645
DOLAR CINGAPURA	195	4,1457	4,1486
DOLAR HONG KONG	205	0,7146	0,7147
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8175	0,8245
DOLAR DOS EUA	220	5,5801	5,5807
FORINT/HUNGRIA	345	0,0155	0,01551
FRANCO SUICO	425	6,2585	6,2599
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007363	0,0007375
IENE	470	0,03576	0,03577
LIBRA/EGITO	535	0,1153	0,1155
LIBRA ESTERLINA	540	7,2061	7,2075
LIBRA/LIBANO	560	0,0000623	0,0000624
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004291	0,0004293
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1701	0,1703
NOVO SOL/PERU	660	1,4854	1,4863
PESO ARGENTINO	665	0,06663	0,06668
PESO CHILE	715	0,00589	0,005895
PESO/COLOMBIA	720	0,001391	0,001393
PESO/CUBA	725	0,2325	0,2325
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09396	0,09457
PESO/FILIPINAS	735	0,09542	0,09546
PESO/MEXICO	741	0,3085	0,3087
PESO/URUGUAIO	745	0,139	0,1391
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7182	0,7203
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002649	0,002666
RENMINBI HONG KONG	796	0,7655	0,7656
RIAL/CATAR	800	1,5298	1,5308
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4875	1,4878
RINGGIT/MALASIA	828	1,1936	1,1953
RUBLO/RUSSIA	830	0,06388	0,06389
RUPIA/INDIA	860	0,06667	0,06669
WON COREIA SUL	930	0,004026	0,004028
EURO	978	6,0555	6,0584

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

10/07	0,01365397	3,04758326
11/07	0,01365452	3,04770553
12/07	0,01365512	3,04783887
13/07	0,01365539	3,04789967
14/07	0,01365539	3,04789967
15/07	0,01365539	3,04789967
16/07	0,01365582	3,04799543
17/07	0,01365639	3,04812311
18/07	0,01365696	3,04825052
19/07	0,01365754	3,04838015
20/07	0,01365781	3,04843943
21/07	0,01365781	3,04843943
22/07	0,01365781	3,04843943
23/07	0,01365823	3,04853405
24/07	0,01365880	3,04866079

Fonte: Fenaseg

TBF

13/07 a 13/08	0,7713
14/07 a 14/08	0,8082
15/07 a 15/08	0,8451
16/07 a 16/08	0,8453
17/07 a 17/08	0,8454
18/07 a 18/08	0,8097

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

TR/Poupança

17/06 a 17/07	0,0922	0,5927
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749

Agenda Federal

Dia 24

IOF - Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de julho/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028

Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.07.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):

a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;

b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e

c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.

Darf Comum (2 vias)

Dia 25

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123.

Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. DARF 0668.

Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110.

Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 84.29, 84.32 e 84.33 (máquinas e aparelhos) e nas posições 87.01, 87.02, 87.04, 87.05 e 87.11 (tratores, veículos automóveis e motocicletas) da TIPI - Cód. DARF 1097.

Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre os produtos classificados nas posições 87.03 e 87.06 da TIPI (automóveis e chassis) - Cód. DARF 0676.

Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre cervejas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0821.

Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de junho/2024 incidente sobre demais bebidas sob o regime de Tributação de Bebidas Frias - Cód. Darf 0838.

Darf Comum (2 vias)

Cofins - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de junho/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):

Cofins - Demais Entidades - Cód. Darf 2172

Cofins - Combustíveis - Cód. Darf 6840

Cofins - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8645

Cofins não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) - Cód. Darf 5856

Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).

Darf Comum (2 vias)

PIS-Pasep - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de junho/2024 (art. 18, II, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):

PIS-Pasep - Faturamento (cumulativo) - Cód. Darf 8109

PIS - Combustíveis - Cód. Darf 6824

PIS - Não cumulativo (Lei nº 10.637/2002) - Cód. Darf 6912

PIS-Pasep - Folha de Salários - Cód. Darf 8301

PIS-Pasep - Pessoa Jurídica de Direito Público - Cód. Darf 3703

PIS - Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária - Cód. Darf 8496

VARIEDADES

Casacor tem 70% dos ambientes "assinados" por mineiros

DIONE AS

A Casacor deste ano chega ainda mais mineira ao Estado. Ao contrário das edições passadas, que desde 1995 acontecem em Belo Horizonte, 70% dos ambientes que integram a mostra serão compostos por empresários e arquitetos de Minas, conforme explica a diretora comercial do evento, Juliana Grillo.

"Por volta dos anos 2000, nós constatamos que não havia tantos fornecedores da indústria mineira, principalmente na área imobiliária e, na nossa primeira edição, não havia arquitetos de Minas, por exemplo. Naquela época, fizemos um concurso premiando o profissional que trouxesse para a mostra um designer ou uma indústria que desenhasse ou trouxesse algum produto ou proposta interessante para o evento", diz.

Juliana Grillo lembra que a iniciativa teve uma aceitação muito grande por parte dos profissionais que, logo, corresponderam ao entrarem para as indústrias no Estado a fim de desenhar, propor e buscar por propostas de mercado interessantes. "Antes era difícil de ter um projeto imobiliário ou moveleiro que tivesse uma assinatura de um profissional por trás", afirma.

Nesse contexto, o conselheiro da Casacor Minas, João Grillo, relembra: "Há 29 anos, a Casacor não tinha nenhum móvel, ou sequer um tapete que fosse produzido em Minas Gerais. Hoje, chegamos a ter 70% dos ambientes aqui produzidos pela indústria mineira", comemora.

Novo espaço - Outra novidade da mostra é que o evento será realizado pela primeira vez no Espaço 356, complexo *lifestyle* recém-instalado na região Oeste de Belo Horizonte, que tem inauguração oficial prevista para novembro deste ano. "O tema desse ano é "De presente, o agora" é uma reflexão do que a gente pode fazer neste momento pensando nas gerações futuras. Nós estamos falando qual ancestral a gente quer ser no futuro. Isso é um tema muito relevante para refletirmos e a partir do dia 26 de julho todos podem vir conferir nossa mostra, já nos preparando para os 30 anos da Casacor no ano que vem", explica o diretor-executivo e de conteúdo do evento, Eduardo Faleiro.

Projeto "Estar e Jantar Voktum" é da arquiteta mineira Denise Vilela FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / DIONE AS

Projeto "Estar e Jantar Voktum": proposta sustentável que vai de encontro à reflexão de legado e de futuro FOTO: JOMAR BRAGANÇA / CASACOR

Obra "O Bloco": arquitetos Alexandre Nagazawa, Bruno Fontes e Matilde Nagazawa FOTO: JOMAR BRAGANÇA / CASACOR

A edição deste ano reunirá 97 profissionais, que assinam 62 ambientes, envolvendo a participação de mais de 180 marcas do segmento. Uma delas é a arquiteta Denise Vilela, que expõe desde a primeira edição que contou com a participação de arquitetos mineiros.

Natural de Boa Esperança, no Sul de Minas, a empresária apresenta ao evento uma proposta sustentável que vai de encontro à reflexão de legado e de futuro. "Posso dizer que sou uma veterana de Casacor e, neste ano, fiz o espaço Voktum, com todo o mobiliário da loja Voktum. Procurei fazer aqui um ambiente bem descontraído usando materiais naturais, muita planta tanto do lado interno quanto do lado externo. A gente tem uma varanda com umas banquetas para que as pessoas possam sentar e descansar em um ambiente todo sustentável", diz.

O projeto dela na mostra é um cenário composto por uma sala de estar e uma sala de jantar, sendo os dois ambientes integrados. "Nas duas salas, os materiais utilizados são todos naturais, não tendo aqui nada artificial", completa.

> **"A edição deste ano reunirá 97 profissionais, que assinam 62 ambientes, envolvendo a participação de mais de 180 marcas do segmento"**

Projeto "Estar e Jantar Voktum": integração da sala de jantar, que é ambiente descontraído FOTO: JOMAR BRAGANÇA / CASACOR

Mostra revela importância de edificações na paisagem urbana

Desde a sua criação, a Casacor Minas foi responsável por revelar ao público e chamar a atenção para a importância de uma série de edificações que integram a paisagem urbana, como a sede do Arquivo Público Mineiro, a Casa do Conde de Santa Marinha, o Casarão da Rede Ferroviária Federal, o Palácio das Mangabeiras, a Casa Ferolla, além de vários outros imóveis comerciais e residenciais.

"A cidade é um mecanismo vivo e pulsante, que vem passando por uma série de transformações. Ao escolhermos um endereço que acaba de passar por um processo de *retrofit*, reintegrando-se à paisagem urbana e conquistando novos usos, estamos refletindo sobre a importância e o compromisso dos profissionais da arquitetura, do *design* de interiores e do paisagismo no processo de reconstrução das cidades", destaca Eduardo Faleiro.

Mais novidades - Do dia 5 ao dia 12 de agosto, a Galeria Murilo Castro, dentro do evento, vai apresentar os trabalhos de outra mineira, Raquel Saliba. Natural de Itaúna, graduada em psicologia e formação psicanalítica, ela tem se dedicado à arte desde 2011. De todas as matérias que já trabalhou, a argila é sua preferida. Raquel Saliba cria figuras antropomórficas que nascem do barro, da terra. Em seu trabalho, o compromisso com a tradição é uma alavanca para a criação de um mundo encantado, repleto de formas, cores, texturas em um território de surpresa e fascínio. **(DAS)**

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067